



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

SEBASTIÃO KLEBSON DE SOUSA MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DO PROJETO
GRANJINHA NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB**

SOUSA – PB
2015

SEBASTIÃO KLEBSON DE SOUSA MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DO PROJETO
GRANJINHA NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB**

Monografia apresentada como pré-requisito para a
obtenção do Título de Graduado em Administração
pela UFCG/CCJS/UACC.
Orientador: Me. Vorster Queiroga Alves

SEBASTIÃO KLEBSON DE SOUSA MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DO PROJETO
GRANJINHA NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB**

Monografia apresentada em _____ de _____ de 2015, como trabalho de conclusão do curso de Administração da Universidade Federal de Campina Grande – PB, obtendo conceito de _____ atribuída pela banca, constituída pelo orientador e membros abaixo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador:

**SOUSA - PB
2015**

Dedico este trabalho a todos os meus familiares que sempre me apoiaram e me incentivaram durante toda esta árdua caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força, saúde e motivação para superar os obstáculos neste percurso.

Aos meus pais, João José de Melo e Maria de Sousa Melo, por terem me proporcionado esta oportunidade a qual não tiveram em seu tempo.

A minha amada esposa Bianka André de Farias pela compreensão e incentivo dado e por toda a paciência em que teve durante este tempo, pois sabemos que não foi fácil.

Ao meu orientador professor Me. Vorster Queiroga Alves, pelas orientações prestadas durante a elaboração deste trabalho.

Ao colega Samuel Soares Severo pelo apoio e incentivo durante a elaboração deste trabalho.

Aos que fazem a Secretaria da Ação Social do município de Pombal-PB pelas informações que gentilmente foram passadas.

Por fim, a todos os que direto ou indiretamente fizeram parte da minha formação e da elaboração deste trabalho.

*“O insucesso é apenas uma oportunidade para
recomeçar de novo com mais inteligência.”*

(Henry Ford)

RESUMO

A desigualdade social consiste em um dos principais problemas que afetam, sobretudo, os países não desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendo como resultado um desequilíbrio do padrão de vida entre os habitantes, ocasionando uma série de outros problemas sociais que passam a demandar do Estado serviços de natureza compensatória. Neste contexto surgem as políticas públicas, que consistem naquilo que os governos decidem o que vão fazer, objetivando ao menos minimizar o problema social enfrentado através da formulação de planos, programas e projetos de intervenção social. Este trabalho teve como principal objetivo avaliar as ações de geração de renda nas famílias atendidas pelo projeto de intervenção social Granjinha no município de Pombal-PB. Esta pesquisa se classifica quanto aos objetivos como exploratória, descritiva e explicativa, quanto aos procedimentos técnicos classifica-se como pesquisa ex-post-facto e pesquisa de campo e quanto ao método técnico de investigação utilizou-se da pesquisa pré-experimental. Os dados foram coletados por meio do formulário aplicado e receberam tratamento através de procedimentos de natureza quantitativa, utilizando-se da estatística simples e da tabulação eletrônica para a análise e interpretação dos dados. Por meio deste estudo se verificou que boa parte das pessoas, após serem atendidas, não deu continuidade às atividades do projeto. Já com relação as que continuam no projeto, foi identificado uma melhora econômica proveniente do projeto Granjinha. A pesquisa também apontou as principais causas de desistência do projeto por parte dos beneficiados e identificou que elas decorrem de falhas no processo de estruturação do projeto.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Intervenção social. Projeto Granjinha.

ABSTRACT

Social inequality consists in one of principal problems that affect, above all, the countries not developed and underdeveloped, taking as result an imbalance of life pattern among inhabitants, causing a series of other problems social, passing to demand of state services of compensatory nature. In this context, arise the Publics policies, which consist in what the governments decides to do, aiming at lease minimize the social problem, facing by plans formulating, programs and social intervention projects. This work had as principal goal evaluate the income generation actions at the families attend by social intervention Projeto Granjinha in the municipality Pombal-PB. This search is classified as the objectives as exploratory, descriptive and explanatory, as the technical procedures is classified as search ex-post-facto and field search, and about the research technical method was used pre-experimental search. The data were collected by form applied and received treatment by the proceedings of quantitative nature, using simple statistics and electronic tab for analysis and data interpretation. By this study, as verified that good part of people that were attend, not given continuity to activities of project. Already with relation at people that continued, was identified an economic improvement from Projeto Granjinha. The search also appointed the principal cause of desistance per part of attendees and identified that they result from fails in process of project structuring.

Key-words: Public policies. Social intervention. Projeto Granjinha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo das políticas públicas	26
Figura 2 - Modelo somente depois	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atores da política pública.....	24
Quadro 2 - Razões para avaliar programas governamentais	31
Quadro 3 - Definição de avaliação	34
Quadro 4 - Ocorrência de melhora advinda do projeto	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição da amostra por estrato ou subgrupo.....	40
Tabela 2 - Contribuição do projeto na renda mensal.....	54
Tabela 3 - Situação econômica antes e depois da intervenção	55
Tabela 4 - Impacto do projeto na renda mensal.....	56
Tabela 5 - Intenção em migrar à procura de melhoras	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principal fonte de renda atualmente das famílias.....	45
Gráfico 2 - Tamanho da família	46
Gráfico 3 - Pessoas ocupadas no projeto	47
Gráfico 4 - Forma que os beneficiados souberam do projeto.....	48
Gráfico 5 - Motivo da participação no projeto	49
Gráfico 6 - Nível de renda mensal das famílias antes da intervenção.....	50
Gráfico 7 - Classificação da situação econômica antes do projeto.....	51
Gráfico 8 - Continuidade ao projeto após o atendimento inicial.....	52
Gráfico 9 - Principais motivos da não continuidade ao projeto	53
Gráfico 10 - Melhora na renda a partir do projeto.....	58
Gráfico 11 - Percepção da capacidade de melhora do projeto	59
Gráfico 12 - Considera o projeto como fonte alternativa de renda	60
Gráfico 13 - Prioridade de melhora no projeto.....	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Problemática	15
1.2	Objetivos.....	16
1.2.1	Objetivo geral	16
1.2.2	Objetivos específicos	16
1.3	Justificativa	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Diferenciação entre estado e governo.....	18
2.2	Políticas públicas.....	19
2.2.1	Tipos de políticas públicas.....	20
2.2.2	A formulação das políticas públicas	22
2.2.3	Atores de políticas públicas	23
2.2.4	O ciclo das políticas programas e projetos	25
2.3	As políticas públicas nas esferas de governo	28
2.4	Das políticas públicas aos projetos de intervenção social	29
2.5	O campo da avaliação de políticas públicas programas e projetos de intervenção social.....	31
2.5.1	A avaliação de políticas públicas programas e projetos de intervenção social	32
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	36
3.1	Tipos de pesquisa	36
3.2	A pesquisa quanto ao método lógico de investigação	37
3.3	A pesquisa quanto ao método técnico de investigação	37
3.4	Universo e amostra da pesquisa	39
3.5	Coleta de dados	41
3.6	Tratamento dos dados	41
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
4.1	Caraterização do Projeto Granjinha	43
4.2	Discussão dos resultados	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62

REFERÊNCIAS 65

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO NA PESQUISA 67

1 INTRODUÇÃO

No contexto econômico e social atual, questões como o desemprego, a pobreza, a desigualdade e a marginalização, ainda são problemas que assolam grande parte da sociedade, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Se observado o Art. 3º da Constituição Federal, o Estado constitui-se como o principal agente responsável pela busca e implantação de alternativas que venham proporcionar melhorias na qualidade de vida dos cidadãos, uma vez que constituem objetivos fundamentais da república construir uma sociedade livre, justa e solidária, assim como promover o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Para que o Estado possa cumprir com seu papel de criar soluções capazes de atender as demandas da sociedade, alcançando assim melhor nível de bem estar social, faz-se necessário à utilização de mecanismos como as políticas públicas. Segundo Dias e Matos (2012), as políticas públicas consistem nas ações que podem ser empreendidas ou não pelos governos, que visam propiciar melhoras nas condições de vida da população, sendo através destas que os direitos dos cidadãos contidos nas leis são concretizados, podendo ainda a sua formulação caber a qualquer um dos entes federativos, tanto a União, estados e municípios, no caso brasileiro.

Na prática, as políticas públicas, como apontam Cohen e Franco (2011), se concretizam na sociedade através dos planos, que englobam os programas, que por sua vez contém os projetos nos quais são executadas as ações previstas, sendo gerado um produto final no qual se pode verificar se os objetivos pretendidos com a política foram alcançados. Neste sentido, conhecer os resultados alcançados por uma determinada política, programa ou projeto, é tão importante como a sua própria formulação.

Boullosa e Araújo (2009) explicam que a avaliação consiste no julgar do mérito ou valor de uma entidade, ainda podendo esta entidade ser composta de graus de complexidade como planos programas e projetos e etc. Neste caso, em outras palavras, é possível dizer que uma avaliação pode ser aplicada tanto a própria política pública, como aos planos, ou aos programas ou projetos sociais. O que se diferencia então é a complexidade em que a avaliação é aplicada, se a uma política pública ou programa social, ou projeto de intervenção social, a fim de determinar seu valor, ou seja, se a intervenção pode ser considerada um sucesso ou fracasso em termos de mudanças efetivas em seu público alvo.

1.1 Problemática

Apesar da necessidade de se realizar avaliações das ações empreendidas pelo setor público ser inegável, segundo Arretche (2009), a tradição brasileira em estudos de avaliação de efetividade das políticas públicas é bastante pobre, se é que seja possível falar na existência de uma tradição no Brasil nesta área. Tal fato se constitui uma situação preocupante, pois se os governos criam e implantam programas ou projetos de intervenção com o objetivo de atender a uma necessidade da população e se na prática tal objetivo não estiver sendo alcançado, configura-se então a ineficiência da política, programa ou projeto e emprego dos escassos recursos em vão.

Segundo aponta Costa e Castanhar (2003), há evidências de que o desinteresse histórico brasileiro pela avaliação das ações empreendidas pelos governos está diminuindo rapidamente, podendo-se atribuir esse fato as transformações ocorridas na sociedade e no Estado brasileiro desde os anos 1980 até os anos mais recentes. Conforme o autor, o fato é que ocorrências como a crise da dívida externa, o fim de um longo ciclo de crescimento econômico, as reformas ocorridas no Estado como a desestatização, dentre outras, só aumentaram a desigualdade social do país passando a demandar do Estado mais ações e serviços de natureza compensatória.

Para os autores citados, a pouca capacidade do Estado de atender as demandas sociais, adicionadas à crise fiscal, que ampliou a escassez de recurso do Estado no momento em que se necessitava mais ainda da sua intervenção para atender a população que mais precisava, tornou ainda mais difícil à atuação dos governos no sentido de criar mecanismos voltados a melhora das condições de vida da população mais necessitada. Com isso, se levanta a importante necessidade de se ter maior eficiência e impacto nos investimentos em programas governamentais de cunho social (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Neste caso, se considerando o papel dos governos na formulação de políticas públicas, e na implementação de programas e projetos de cunho social, que tenham por objetivo atender às demandas sociais, proporcionando assim melhores condições de vidas às populações mais necessitadas, bem como respaldado na crucial importância de se avaliar e conhecer os reais resultados advindos dos projetos empreendidos pelo poder público, neste trabalho buscou-se responder o seguinte questionamento: **O projeto de intervenção social Granjinha tem contribuído com a geração de renda do seu público alvo no município de Pombal-PB?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar as ações de melhoria na renda nas famílias atendidas pelo projeto de intervenção social Granjinha no município de Pombal-PB.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar as famílias atendidas pelo projeto.
- Descrever as ações desenvolvidas pelo projeto.
- Relatar os critérios para a participação no projeto.
- Identificar as mudanças na renda das famílias advindas do projeto.

1.3 Justificativa

O desenvolvimento econômico irregular, assim como a má distribuição de renda na sociedade, resulta na aparição e crescimento de problemas como a marginalização, a pobreza e a desigualdade social. Para suprir tais lacunas, tornam-se necessários maiores esforços dos governos no sentido de criar mecanismos como projetos de intervenção social, uma vez que a busca do bem estar social passou a ser uma nova função do Estado (TUDE; FERRO; SANTANA, 2010).

Um exemplo clássico de intervenção pública governamental pode ser visto nas políticas de combate à fome e a pobreza do governo federal, na qual se criou o Plano Brasil sem Miséria, que se desdobra em vários programas na área de acesso a serviços, inclusão produtiva e garantia de renda, o que tornou possível 22 milhões de pessoas superar a extrema pobreza (Ministério do Desenvolvimento Social, 2015). Mecanismos como esses são formulados na intenção de atender aos problemas públicos e neste caso torna-se essencial conhecer os resultados alcançados por essas ações. Sejam elas desenvolvidas nas esferas federal, estadual ou mesmo municipal. Sabe-se também que a existência de estudos nessa área nos últimos anos vem ganhando importância, sobretudo no âmbito acadêmico no qual aumentaram as dissertações e teses sobre o assunto (TREVISAN; BELLEN, 2008).

O emprego dos recursos públicos em uma determinada área de intervenção impacta na vida de toda a sociedade, logo as políticas públicas devem estar respondendo bem aos problemas da população e devem se tratar de ações de qualidade. Portanto, a avaliação

consiste numa forma de garantir que os programas e projetos estejam respondendo de fato aos problemas e que os objetivos propostos estejam sendo alcançados. Além disso, a avaliação se torna um instrumento essencial para o aumento da eficiência dos gastos públicos, da qualidade da gestão e da efetividade das ações empreendidas, uma vez que as informações geradas servirão para os gestores públicos tomarem decisões do tipo se encerram, reformulam ou ampliam determinada ação com base em seus resultados (CERVI et al, 2010).

Além de ser uma ferramenta importante capaz de subsidiar as decisões no âmbito privado como também no público, a realização de uma avaliação em um projeto de intervenção social pode servir como uma forma de prestação de contas à sociedade, no que diz respeito, a saber, onde estão sendo aplicados os recursos públicos, com que finalidade e quais resultados se alcançaram com o investimento (COTTA, 1998).

Em outras palavras pode-se dizer que a realização de um estudo sobre este tema, tem sua importância respaldada no âmbito acadêmico pela crescente produção sobre o assunto. Para a sociedade em geral, este estudo torna-se importante para conhecimento dos resultados obtidos através das ações empreendidas pelo governo municipal em determinado projeto, sejam resultados positivos ou negativos, além de servir para a sociedade tomar conhecimento se os investimentos governamentais feitos em um determinado programa são justificados pelos seus resultados e impacto social e de contribuir para uma melhor transparência nos investimentos públicos. Ademais, para o administrador público a avaliação contribui para julgar os resultados e impactos do projeto empreendido, tornando possível subsidiar o processo decisório e ajustar o curso da intervenção caso necessário.

O projeto de intervenção social Granjinha, objeto do estudo, foi desenvolvido no município de Pombal-PB e surgiu na busca por alternativas de geração de emprego, na intenção de se tornar uma alternativa de renda para famílias rurais carentes da zona rural do município. O projeto buscou encontrar na avicultura alternativa soluções para os problemas de ordem financeira que passam as famílias cadastradas. Mesmo não sendo uma solução definitiva, consiste, todavia numa alternativa para procurar minimizar tais problemas.

Pelos motivos expostos, fica implícita a importância deste trabalho na realização de uma avaliação de um projeto de intervenção social desenvolvido e implementado pelo governo municipal de Pombal-PB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Diferenciação entre estado e governo

As políticas públicas encontram-se ligadas a função que o Estado desempenha na sociedade. Para estudá-las, é necessário fazer uma breve compreensão entre os termos Estado e governo para então falar de políticas públicas.

O termo Estado é uma palavra relativamente nova que deriva do latim *status* e teve seu surgimento em meio a Renascença com significado tal como a se conhece hoje. Sua inclusão na literatura política atribui-se a Nicolau Maquiavel (1469-1527) através da sua célebre obra “O príncipe” (MENEZES, 1998).

No mundo antigo, o Estado se resumia na concentração e personificação do poder que era manifesto na vontade de um único titular, quer seja o rei, o faraó, ou o imperador. Portanto, antes do Estado tornar-se estado nação ou estado do povo, uma instituição visível e manifesta despersonificada, era o estado aquela autoridade que se prendia à pessoa do governante (BONAVIDES, 2010).

Dias e Matos (2012) também afirmam que o estado é um fenômeno político igualmente como é conhecido hoje, surgido no séc. XVI, quando se consolida o poder real que se impõem aos demais poderes. Iniciou-se em sua forma absolutista e posteriormente no fim do séc. XVIII com a revolução francesa se transformou no estado nação em que o poder está nas mãos do povo.

Conforme Menezes (1998), no decorrer do tempo entre os diferentes povos o termo Estado foi empregado e entendido de maneira semelhante. Para os povos helênicos o estado era a *polis* que significava cidade. Já para os romanos o estado era a *civita* que designa a comunidade dos habitantes, ou seja, as *res pública*, a coisa pública comum a todos. Em Roma era comum o emprego da palavra *status republicaem* para designar a situação, a ordem, o estado da coisa pública, os negócios do governo.

De acordo com Dias e Matos (2012, p. 5), entende-se Estado como sendo a “totalidade da sociedade política, ou seja, o conjunto de pessoas e instituições que formam a sociedade juridicamente organizada sobre um determinado território”. Refere-se então a forma como está instituído e organizado o poder na sociedade.

Já o termo governo, segundo Castro (2009), etimologicamente significa autoridade, poder de direção que comanda a vida do estado e provê as necessidades coletivas. Emprega-se o termo Governo também para fazer referência a organização do poder a serviço do Estado,

ou seja, diz respeito àqueles que administram os negócios do Estado por um período de tempo (DIAS; MATOS, 2012).

Cervi et al (2010) esclarece que o estado não se confunde com o governo, pois este diz respeito à forma utilizada para administrar o estado, enquanto o Estado em si é composto pela sociedade política mais a sociedade civil.

2.2 Políticas públicas

Estudar o papel do Estado na sociedade não é considerado nenhuma novidade. Ao passo em que a sociedade passa por mudanças, vários estudiosos procuraram entender o papel do estado em cada ciclo de desenvolvimento. Logo, o papel do Estado tem sido objeto de estudo desde os filósofos e pensadores antigos aos dias atuais.

Durante os séculos XVIII e XIX, as principais funções do Estado eram restritas a defesa das fronteiras contra os ataques inimigos, a defesa da propriedade privada e a segurança pública interna. Posteriormente, com a expansão da democracia, as responsabilidades do Estado foram se modificando e tornaram-se diversificadas, sendo o século XX marcado pelo surgimento de uma nova função estatal que consiste na busca pelo bem estar social, originando assim as políticas públicas com o objetivo de dar cabo das demandas sociais. (TUDE; FERRO; SANTANA, 2010).

O conceito de política vem de *polis* (*politikós*), que é tudo o que diz respeito à cidade e ao que é público e a vida em sociedade. A palavra política é constantemente usada para fazer referência ao conjunto das atividades que se relaciona de alguma forma com a *polis*, ou seja, o Estado (BOBBIO et al apud DIAS; MATOS 2012).

O termo política na língua inglesa apresenta-se de três formas, assumindo uma dimensão institucional (*polity*), uma dimensão processual (*politics*) e uma dimensão material (*policy*). Em sua dimensão institucional (*polity*), diz respeito à estrutura institucional do sistema político administrativo. Na dimensão processual (*politics*), se refere às relações conflituosas dos diversos atores políticos, partidos e agentes do governo. E por fim na sua dimensão material (*policy*), trata-se do que se entende como Políticas Públicas no caso brasileiro, são os feitos do Estado para atender aos problemas da sociedade (FREY, 2000).

Conforme Dias e Matos (2012), quando se fala em políticas públicas se referem às ações que podem ser empreendidas ou não pelos governos, ações essas que deveriam estabelecer melhores condições de equidade no convívio social, tendo como fim proporcionar

as condições necessárias para que todos possam atingir uma melhoria na qualidade de vida para que essa possa ser compatível com a dignidade humana.

As políticas públicas podem ser vistas, então, como a totalidade dos planos, das ações e das metas traçadas pelos governos, sejam em âmbito federal, estadual ou até mesmo pelos governos municipais, sempre objetivando alcançar o bem estar social e o interesse público (SEBRAE, 2008).

Logo, em qualquer que seja a definição apresentada de política pública nela estará implícita de um lado a ação dos governos e do outro a sociedade e os problemas de ordem pública e a busca pela promoção do bem estar social. Dias e Matos (2012) corroboram com essa ideia ao afirmar que é através das políticas públicas que os direitos dos cidadãos contidos nas leis são concretizados em qualquer que seja a esfera de governo.

Uma política pública conforme Tude, Ferro e Santana (2010).

Tradicionalmente compreende o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transporte, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil. (TUDE; FERRO; SANTANA 2010, p. 11).

Em outras palavras pode-se dizer que as políticas públicas quase sempre resultam das alternativas escolhidas pelos governos da maneira que mais lhe convém, podendo também ser formulada a partir de parcerias com setores da sociedade civil.

2.2.1 Tipos de políticas públicas

As tipologias de políticas públicas consistem em um esquema de interpretação e análise empregada no estudo das políticas, com vistas à simplificação de tal fenômeno aparentemente complexo, possibilitando um melhor entendimento dos elementos essenciais de tal objeto de estudo (SECCHI, 2013). Em outras palavras, são formas de classificação empregadas no estudo da política pública, que possibilita melhor entendimento das mesmas ao se levar em consideração elementos fundamentais da política em questão permitindo sua diferenciação e estudo com melhor clareza.

Conforme encontrado em Secchi (2013), alguns autores como Theodore J. Lowi, James Quinn Wilson, Gormley, Gustafsson, Bozeman e Pandey, dedicaram-se a classificação das políticas públicas cada qual a seus critérios. Dentre os autores informados, destaca-se a classificação proposta por Theodore J. Lowi e a classificação proposta por Gustafsson.

Lowi (1964), utilizando o critério de impacto esperado na sociedade classificou as políticas públicas em **(a) Políticas regulatórias**, que criam padrões de comportamento que se aplicam a atores públicos e privados. Como exemplo tem-se as regras de segurança alimentar, regras de operações de mercado financeiro, regras de tráfego aéreo, código de trânsito, leis e códigos de ética e etc.

(b) Políticas distributivas, consistem nas políticas que criam benefícios destinados a alguns grupos de atores, tendo seus custos distribuídos a toda coletividade/contribuintes. Alguns exemplos são subsídios, taxas gratuitas para alguns usuários do serviço público, incentivos ou renúncias fiscais dentre outros. Os conflitos que envolvem estas políticas são baixos uma vez que a coletividade é quem paga o seu custo. É considerado uma dificuldade em seu desenho delimitar quem são seus beneficiários. Um fator predominante na arena desta política é a troca de apoios dos atores públicos entre si.

(c) Políticas redistributivas, são as que proporcionam benefícios concentrados a certos grupos de atores e seus custos também, uma vez que são concentrados a outras categorias de atores. Alguns exemplos são as cotas raciais para universidades, políticas de benefícios sociais ao trabalhador e programas de reforma agrária. Nesta política existem muitos conflitos, pois é como um jogo de soma zero. Theodore J. Lowi (1964) observa que estas são chamadas de redistributivas não por seu resultado redistributivo efetivo (renda, propriedade e etc.), mas pela contraposição de interesses antagônicos. Em quanto uns querem que a política se efetive outros lutam para derrubá-la.

(d) Políticas constitutivas, constituem as políticas que definem competências, jurisdições, regras de disputas políticas e da elaboração de políticas públicas. Como estão acima das demais políticas e moldam a dinâmica política em outras arenas, são também chamadas de meta-políticas. Como exemplos tem-se as regras do sistema político-eleitoral, distribuição de competências entre poderes e esferas, regras de participação da sociedade civil em decisões públicas. Estas políticas provocam conflitos entre entes e atores interessados, pois são capazes de alterar o equilíbrio de poder já existente. As diferenças que existem entre as quatro políticas não são facilmente percebidas, pois geralmente elas carregam características de dois ou mais tipos de políticas (LOWI, 1964 apud SECCHI 2013).

Como se pode ver a classificação apresentada por Theodore J. Lowi (1964) contribui para um melhor entendimento do que se destinam as políticas públicas por levar em consideração a natureza da política.

Já Gustafsson (1983) propôs a sua tipologia de políticas tendo como critério a distinção entre o conhecimento e a intenção do *policymaker*. O autor as dividiu em **(a)**

Políticas reais, que são as que contêm a intenção de resolver o problema e com conhecimento para resolvê-lo, consistem nas políticas ideais uma vez que são capazes de intervir com sucesso gerando resultados positivos. No geral os *policymakers* clamam que suas políticas pertencem a esse grupo. **(b) Políticas simbólicas**, estas dizem respeito as que os *policymakers* podem até ter condições de elaborar, mas, não tem grande interesse em por em prática, ou seja, dificilmente saem do papel. **(c) Pseudopolíticas**, consiste nas quais os *policymakers* têm interesse de vê-las funcionando, mas, não tem competências para estruturá-las corretamente para que venham gerar resultados efetivos. **(d) Política sem sentido**, são as elaboradas sem o conhecimento necessário do problema ou sem opções de solução para o problema, além de serem vazias de intenção e ingênuas (GUSTAFSSON, 1983 apud SECCHI 2013).

A classificação apresentada por Gustafsson (1983), por focar a intenção e o conhecimento dos formuladores de políticas como critério, pode ajudar a compreender porque determinadas políticas ao serem desenvolvidas e implantadas não surtem o efeito esperado na prática.

2.2.2 A formulação das políticas públicas

Uma política pública é formulada para atender a uma necessidade da sociedade ou dos grupos de indivíduos que dela fazem parte. Nesse caso torna-se necessário antes haver um problema (ou seja, uma situação que provoque insatisfação em um determinado grupo ao perceber a lacuna existente entre a real situação e aquela almejada) que justifique o empreendimento dos esforços do poder público para saná-lo ou minimizar seu impacto. Para tanto tal problema ainda deve ser considerado um problema político. Um problema passa a ser político e público quando este é identificado pelo poder público e em função do mesmo os atores sociais (quer sejam os indivíduos afetados, grupos políticos, organizações do terceiro setor interessados pela causa) passam a se mobilizar a fim de obter a atenção das autoridades para o problema (DIAS; MATOS, 2012).

Conclui-se então que uma política pública nada mais é do que a criação de estratégias voltadas para a solução dos problemas públicos, que por sua vez, visam maior alcance nos níveis de bem estar social, e como já visto, são resultantes das decisões tomadas pelo governo com participação da sociedade civil (DIAS; MATOS, 2012).

A participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas é de fundamental importância, haja vista que as políticas são formuladas para suprir as necessidades da sociedade. As ações que os dirigentes públicos tomam na tentativa de

solucionar os problemas da sociedade tendem a ser aquelas que eles entendem como demandas ou expectativas da sociedade. Dito de outra forma, o bem estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade, pois esta não consegue se expressar da maneira devida (SEBRAE, 2008).

Conforme destacam Dias e Matos (2012), em todas as esferas de atuação do governo existem inúmeros indivíduos, grupos, organizações, movimentos ou partidos que exercem influencia nas políticas públicas quer sejam na sua formulação, implantação ou em qualquer uma das suas etapas (que serão discutidas mais adiante). Esses grupos agem de forma a defender seus interesses, e são denominamos atores.

2.2.3 Atores de políticas públicas

Conforme Tude, Ferro e Santana (2010), são vários os atores sociais interessados na discursão das políticas públicas em qualquer uma de suas etapas. Seu papel consiste em influenciar o processo de formulação dentro do jogo político e podem ser divididos em atores estatais e atores privados. Por atores estatais entendem-se aqueles que estão ligados diretamente à administração pública, estando envolvidos na burocracia estatal ou que exercem cargos no legislativo e executivo, sendo principalmente políticos. Já os atores privados são os que não têm ligação alguma com a administração pública, mas procuram participar das decisões do Estado.

Conforme aponta Dias e Matos (2012), dentre as principais formas de diferenciação dos atores de políticas públicas pode-se diferencia-los em:

(a) Atores formais e informais, os atores formais são aqueles definidos pela constituição federal e suas congêneres às assembleias estaduais e leis orgânicas municipais, como os partidos políticos, membros do legislativo e autoridades máximas do executivo. Dizem respeito aos que ocupam posições de destaque no sistema formal existente e no processo de formulação das políticas, além das equipes de governo, a burocracia e o judiciário. São considerados atores informais aqueles que não são regidos pela constituição ou outras leis orgânicas e que também não exercem funções específicas na formulação das políticas, embora sejam atores de grande importância como os movimentos sociais, empresas, sindicatos e meios de comunicação.

(b) Atores individuais e coletivos, os atores individuais são aqueles que agem intencionalmente por conta própria, com o intuito de influenciar na implementação das políticas públicas. Como exemplo destes têm-se os políticos, burocratas, magistrados e

formadores de opinião, como artistas, ídolos e jornalistas, dentre outros. Os chamados atores coletivos são os grupos que agem intencionalmente para influenciar o destino das políticas públicas. São atores coletivos os partidos políticos, a burocracia, os grupos de interesse, as organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

(c) **Atores públicos e privados**, nesta categoria Dias e Matos (2012), recorrendo a Rodrigues (2010), explica que atores públicos são aqueles que compõem o âmbito público, possuindo a capacidade de decisão sobre as políticas, estando diretamente envolvidos na produção e execução destas. Como exemplo tem-se: gestores públicos, juízes, parlamentares, políticos, além das organizações e instituições de Governo e as internacionais. Já os atores privados são aqueles que não fazem parte do âmbito público, são também chamados de atores sociais, uma vez que influenciam na configuração das políticas públicas exercendo seu papel de pressionar o governo. São exemplos destes atores a mídia, os centros de pesquisas, grupos de interesses ou grupos de pressão, organizações do terceiro setor, sindicatos e entidades de representação empresarial, dentre outros.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais atores de políticas públicas nas diversas esferas de governo.

Quadro 1 - Atores da política pública

ATORES	DESCRIÇÃO
Atores fundamentais	Políticos e alta equipe administrativa. Presidente, governadores, prefeitos, ministros, secretários, senadores, deputados e vereadores.
Partidos políticos	Tanto os de situação como os de oposição
Equipes de governo	Pessoas nomeadas para integrar equipes que assessoram os políticos.
Corpo técnico	Burocracia, constituída por funcionários de carreira.
Juízes	Poder judiciário.
Empresas	Corporações transnacionais, pequenas e medias empresas.
Sindicatos e associações profissionais	Organizações sindicais e de representação profissional.
Organizações do terceiro setor	ONGs, entidades filantrópicas, fundações.
Atores do conhecimento	Escritórios de assessoramento legislativo, institutos vinculados a partidos políticos,, organismos internacionais, centro de pesquisa.
Grupos de pressão	Conjunto de indivíduos que procuram defender seus interesses junto aos órgãos de governo.

Movimentos sociais	Movimento de curta duração com objetivos bem determinados.
Associações comunitárias	Sociedade de amigos de bairros, associações representativas de comunidade territoriais específicas (quilombolas, caiçaras, ribeirinhos etc).

Fonte: Dias e Matos (2012, p. 44).

Pode-se observar a partir do que está apresentado no Quadro 1 que são muitos os atores participantes do processo de formulação das políticas públicas, quer seja de maneira direta ou indiretamente. Sua identificação e análise só dependem do que se deseja alcançar em termos de uma análise de maior ou menor profundidade e/ou maior ou menor detalhamento, uma vez que no processo de formulação das políticas públicas se pode encontrar representantes dos mais diversos segmentos sociais (DIAS; MATOS, 2012).

2.2.4 O ciclo das políticas programas e projetos

O ciclo de uma política pública consiste num esquema no qual é possível visualizar, interpretar e organizar a vida de uma política pública em uma sequência de fases interdependentes. Sua grande utilidade consiste em simplificar a complexidade das políticas e organizar as ideias ajudando os políticos, administradores e pesquisadores a compreender melhor o processo de surgimento de uma política (SECCHI, 2013).

De acordo com Boullosa e Araújo (2009) convencionou-se chamar este esquema de ciclo da política ou ciclo do projeto, pois é possível se utilizar desta ferramenta em qualquer grau de complexidade da intervenção. Logo, uma política, um plano, um programa ou um projeto pode ser analisado sob o enfoque dessa abordagem.

O ciclo das políticas públicas corresponde às várias etapas que uma política passa em seu processo de formulação, antes da sua concretização na sociedade. Segundo Dias e Matos (2012), não existe entre os autores um consenso sobre o número de fases do ciclo das políticas, podendo este variar de quatro a sete etapas ou estágios. Os autores apresentam um resumo das principais propostas de diferentes autores sobre o número de fases do ciclo de formulação de uma política pública.

- a) Modelo proposto por Anderson (2003) – cinco fases: agenda política; formulação; adoção; implementação; e avaliação.

- b) Modelo proposto por Fernández (2008) – cinco fases: identificação do problema; formulação de uma solução; tomada de decisão; aplicação da ação; avaliação dos resultados.
- c) Modelo proposto por Pasquinno (2010) – seis fases: identificação do problema; agenda; alternativas; decisão; execução; avaliação.
- d) Modelo proposto por SEBRAE MG (2008) – cinco fases: formação da agenda; formulação de políticas; processo de tomada de decisões; implementação; avaliação.
- e) Modelo proposto por Secchi (2010) – sete fases: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisões; implementação; avaliação; extinção.
- f) Modelo proposto por Vallès (2008) – quatro fases: iniciação (construção do problema e incorporação à agenda); elaboração (formulação de alternativas e seleção de respostas); implantação; avaliação e sucessão da política.

Como visto acima não há um consenso entre os autores sobre as fases que compõem o ciclo de uma política pública, porém, de acordo com Secchi (2013) pode-se admitir ao modelo as fases a seguir:

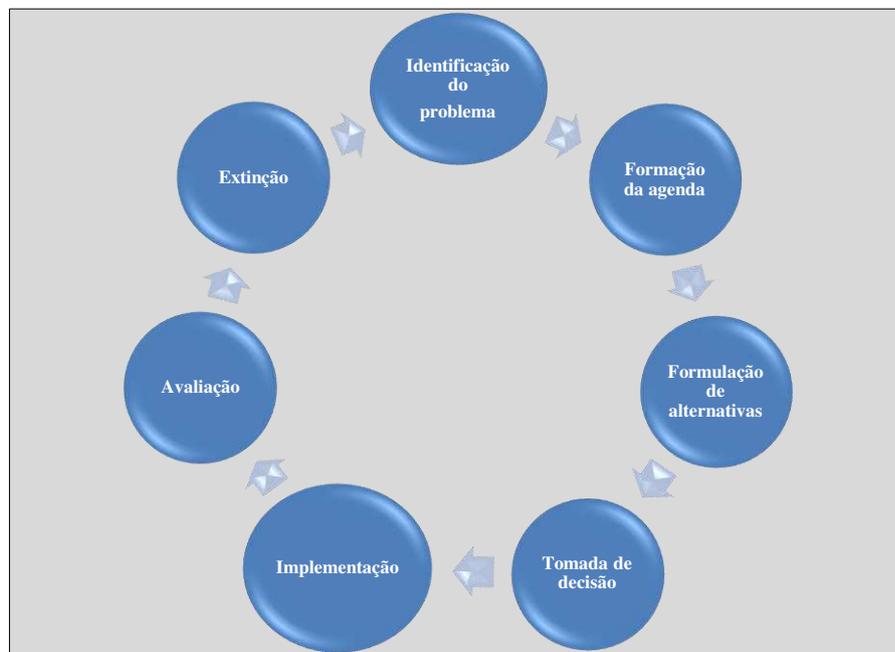


Figura 1 - Ciclo das políticas públicas

Fonte: Elaborado pelo autor

(a) A identificação do problema. A formulação de uma política se inicia quando há a percepção de um problema público. Ou seja, quando passa a existir na mente de vários atores a insatisfação proveniente da diferença entre aquilo que se gostaria que fosse e a realidade pública existente. Um problema público pode surgir subitamente, por exemplo, uma catástrofe natural que afeta a vida das pessoas de um lugar. Pode ir ganhando importância ao poucos, como é o caso do congestionamento nas cidades grandes. Ou já pode estar presente por muito tempo, porém a coletividade aprendeu a conviver com ele, como é o caso da favelização das periferias dos grandes centros. Vale salientar que um problema nem sempre se constitui da degradação de um contexto, pode surgir também da melhora da situação de outro contexto. Por exemplo, a degradação do meio ambiente em face ao constante desenvolvimento do setor industrial.

(b) Formação da agenda. A agenda se forma a partir do conjunto de problemas ou temas tidos como importante e por isso justificam a intervenção do governo. Uma agenda pode se formar a partir das propostas de um programa de governo, de um planejamento de orçamento, de um estatuto partidário, ou da influência exercida pelos meios de comunicação sobre um determinado assunto. Os problemas podem entrar e sair da agenda sem que sejam resolvidos e isso se deve a vários motivos como limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, falta de tempo, de vontade política, e até mesmo de pressão popular.

(c) Formulação de alternativas. Uma vez estando introduzido o problema na agenda, são empreendidos os esforços na construção e combinação de soluções do mesmo. A formulação de alternativas perpassam o estabelecimento de objetivos e estratégias e o levantamento das potenciais consequências de cada alternativa. Consistem na elaboração dos métodos, programas, estratégias ou ações para alcançar os objetivos definidos.

(d) Tomada de decisão. A tomada de decisão consiste na etapa que se sucede a formulação das alternativas de solução. Nesta etapa os interesses dos atores são solucionados e as intenções, ou seja, os objetivos e os métodos de enfrentamento do problema são explicitados.

(e) Implementação. A fase da implementação sucede a tomada de decisão. É o momento em que as intenções até então só no papel são convertidos em ações. Nessa fase também são produzidos os resultados concretos da política.

(f) Avaliação. A fase da avaliação consiste no momento em que a política pública é julgada sobre sua validade de proposta para ação pública assim como seu sucesso ou fracasso dos projetos postos em prática. Nesta fase o processo de implementação bem como o

desempenho da política são analisados a fim de se conhecer o nível de redução do problema que a gerou.

(g) Extinção. O ciclo da política finda no momento da sua extinção. Uma política pode ter seu fim por diferentes motivos como o fim do problema que a gerou, os programas leis e ações que a ativavam são tidos como ineficazes, o problema mesmo não resolvido perdeu importância e saiu da agenda.

Apesar de na literatura ser comum os autores apresentarem esse processo fazendo uma analogia à ideia de um ciclo na prática não é bem dessa maneira, Dias e Matos (2012) enfocam que o ciclo consiste em uma ferramenta que busca facilitar o entendimento desse processo, mas na prática as fases do ciclo se encontram interligadas de tal forma que uma pode se sobrepor a outra alternando a sequência apresentado no ciclo.

2.3 As políticas públicas nas esferas de governo

Conforme Dias e Matos (2012), as políticas públicas se constituem uma ferramenta importantíssima utilizada pelos governos para alcançar determinados fins. O autor explica que com as alterações introduzidas pela promulgação da Constituição de 1988 no perfil do federalismo brasileiro, os estados, bem como os municípios, passaram a dispor de mais recursos advindos da União, assumindo assim crescentes responsabilidades nos gastos públicos, como também na promoção de políticas sociais, sendo possível identificar no caso brasileiro três esferas de competências no âmbito das políticas públicas descritas a seguir:

(a) Competência da União. Em termos de competências da União no que se refere às políticas públicas encontram-se o que se chama de alta política ou de primeiro nível, que são as políticas voltadas à representação do Estado brasileiro dentro e fora de seu território, como a segurança nacional e defesa, os tratados de livre comércio e celebrações de alianças e etc.

(b) Competência dos Estados. Em termos de competências dos Estados encontram-se o que se chama de baixa política ou de segundo nível. Aos Estados cabem as políticas voltadas ao desenvolvimento regional, devendo assim ser formuladas políticas estaduais de acordo com as carências de cada região. Além de responder ao governo central servindo de elo entre o município e a união.

(c) Competência dos Municípios. Em termos de competência das políticas em âmbito municipal, estes se tornam responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento, pois o município constitui a unidade de governo mais próximas dos cidadãos, o que favorece a percepção das necessidades da população. Esta característica o torna capaz de assumir a competência pelo

seu próprio desenvolvimento, levando em consideração sua própria vocação econômica, seus recursos e potenciais. Logo se tornaram papel dos municípios gerar emprego, renda, dinamizar o comércio local, o turismo, o associativismo e estimular a sustentabilidade dos programas sociais e de apoio solidário.

Nesse sentido, as políticas públicas são os feitos dos governos para alcançar um fim específico e tanto se encontram presente como também são formuladas nas três esferas de governo existentes no Brasil.

2.4 Das políticas públicas aos projetos de intervenção social

Conforme os conceitos de políticas públicas mencionados, pode-se dizer que estas são os feitos do governo para um determinado fim. Então, quando os governos identificam um problema político, se utilizam da política pública como uma ferramenta para gerar soluções e intervir na situação atual, a fim de sanar um problema de ordem social ou ao menos minimizar seus efeitos junto à população-alvo e a sociedade em geral.

A formulação de uma política consiste no estágio onde as propostas recebem tratamentos formais mínimos, sendo definidos meta, objetivos e recursos. Quando são definidas as estratégias de implementação e são criadas condições iniciais para sua implantação através da ação de uma autoridade a política transforma-se em um programa. (SILVA, 2002 apud CUNHA, 2006). Um programa, por sua vez, consiste em um conjunto de atividades organizadas e que são realizadas obedecendo a um cronograma e orçamento específico destinado a implantação de uma política. (ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

Os objetivos de um programa são alcançados através de um instrumento denominado projeto. Um projeto envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, resultando num produto final que por sua vez concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo (GARCIA, 1997 apud CUNHA, 2006).

Cohen e Franco (2011) explicam melhor esse processo ao expor na sua ordem inversa. Recorrendo a uma definição apresentada pelo ONU (1984), os autores afirmam que um projeto consiste num empreendimento de um conjunto de atividades que são planejadas e inter-relacionadas e coordenadas a alcançar objetivos específicos, dado um limite de tempo e orçamento, sendo por tanto a unidade mais operativa e elo final do processo de planejamento com vistas à produção de bens ou serviços. Se um conjunto de projetos busca o mesmo objetivo então este conjunto constitui um programa, que por sua vez define as prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, além de definir o âmbito institucional e alocar os

recursos a serem utilizados. Se vários programas buscam o mesmo objetivo, então a soma deles se constitui em um plano, que por sua vez ordena os objetivos gerais e os desagregam em objetivos específicos que constituirão os objetivos gerais do programa. Cohen e Franco (2011) ainda falam que:

[...] a política social global prioriza setores e estabelece a integração que manterão entre si [...] quando esta priorização é plasmada em um modelo que relacionam meios e fins, concatenando-os temporalmente, se obtêm planos. Se todos os setores sociais são articulados, o resultado é um plano social global; e se se localiza em um setor, um plano setorial. As políticas setoriais, por sua vez, não podem enfrentar ao mesmo tempo e com igual intensidade todas as áreas problemáticas [...]. Por isso, selecionam-se problemas estabelecendo áreas de concentração para cuja atenção se elabora programas que, por sua vez, derivam em projetos. (COHEN; FRANCO 2011, p. 85).

Nesse sentido observa-se que existe uma cadeia que se inicia em um âmbito maior e mais geral com a formulação das políticas públicas globais, sendo posteriormente estas desdobradas em planos que se dividem em programas que por sua vez se desagrega em projetos.

Existe, portanto, uma clara diferença entre as políticas e os projetos de intervenção no que se refere a sua amplitude. As políticas envolvem várias ações diversificadas e que objetivam manter e regular a oferta de um determinado bem ou serviço, englobando então neste caso muitos projetos sociais. Envolvem também ações realizadas de maneira continuada e no geral financiadas por recursos públicos que visam atender as necessidades coletivas e resultam de articulação entre o estado e a sociedade. Já um projeto social se refere a uma unidade menor que uma política. São ferramentas empregadas para a transformação de uma realidade social, são ações geralmente mais focalizadas no tempo e que contribuem para a transformação da problemática social. No entanto, não se desenvolvem sem antes haver a formulação de políticas e diretrizes mais amplas (STEPHANOU, 2003).

A criação de um projeto social, conforme Stephanou (2003), consiste no diagnóstico de uma realidade, ou seja, na identificação de um problema e na compreensão do seu contexto e posteriormente no traçar da uma estratégia de intervenção considerando os limites e as oportunidades de se alcançar uma transformação numa realidade social. São, portanto meios empregados pelos governantes em âmbito local para alcançar melhoras num determinado problema que aflige uma população.

2.5 O campo da avaliação de políticas públicas programas e projetos de intervenção social

Os índices de pobreza, desigualdade e exclusão social tem sido questões que se tornaram problemas públicos, sendo dever dos governos desenvolverem soluções que visem ao menos minimizar tais questões. No entanto, um grande problema a ser contornado é claramente a insuficiente oferta de serviços de cunho social que venha a tratar deste grande problema da sociedade. Neste sentido a avaliação de políticas públicas, programas e projetos sociais tem se tornado um dever ético, visto que os governos vêm sendo pressionados pela sociedade a apresentar em suas ações maior efetividade nos resultados dos programas sociais implementados. Ou seja, a racionalização dos recursos empregados nos projetos empreendidos, bem como a obtenção de melhores impactos dos projetos, passaram a sere exigências da sociedade (CERVI et al, 2010).

Cervi et al (2010) também expõe a avaliação como um importante instrumento capaz de contribuir para a melhoria dos gastos públicos, da qualidade da gestão e efetividade das ações do estado, além de ser uma forma de divulgar os resultados alcançados a partir das ações realizadas pelos governos. O autor ainda afirma que a avaliação contribui para garantir se os projetos desenvolvidos estão apropriados às necessidades. O Quadro 1, a seguir apresenta algumas razões pelas quais devem ser realizadas avaliações de programas governamentais conforme o autor mencionado.

Quadro 2 - Razões para avaliar programas governamentais

RAZOES PARA AVALIAR PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	
✓	Melhor planejamento de ações governamentais tendo em vistas alternativas de intervenção para uma efetiva solução de problemas.
✓	Garantia da posse de argumentos para disputar recursos e entrar na agenda governamental.
✓	Possibilidade de formulação de novas politicas.
✓	Garantia da efetividade na implementação de programas e projetos.
✓	Possibilidade de reformulações de programas e projeto, detectando e corrigindo desvios ou perturbações na trajetória de implementação.
✓	Poder de decisão pela manutenção ou interrupção de ações.
✓	Aferição e disponibilidade dos recursos requeridos.
✓	Aferição dos resultados e propósitos da ação.
✓	Implementação da transparência das organizações públicas, divulgando os resultados (prestação de contas à sociedade).

Fonte: Cervi et al (2010). Adaptado pelo autor.

Notadamente a prática da avaliação de políticas programas e projetos, constitui um instrumento importantíssimo para subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos, uma vez que fornece informações sobre o êxito de determinada ação empreendida pelo governo.

Cotta (1998) aponta que mesmo que a avaliação seja um tema recorrente na literatura, sua prática ainda não foi incorporada no dia a dia da administração pública, podendo tal fato se justificar pela exigência de complexa metodologia de avaliação, desinteresse dos formuladores de políticas e falta de confiança nos programas por parte dos próprios responsáveis. Consequentemente, deixa-se de usar um instrumento importantíssimo que é a avaliação, como ferramenta de suporte as decisões tomadas pelos gestores públicos, visto que estes administradores devem direcionar os escassos recursos aos programas que fornecem melhores resultados, além proporcionar a sociedade uma prestação de conta e assegurar maior transparência no uso de verbas públicas nas ações empreendidas pelo governo.

Trevisan e Bellen (2008), com base em Frey (2000), apontam que nos Estados Unidos a avaliação de política pública começou a se estabelecer por volta dos anos 1950, e na Europa sobretudo na Alemanha, a atenção com campos específicos de políticas veio ganhar força a partir dos anos 1970 sendo no Brasil os estudos sobre a área bem recentes.

Na visão de Cavalcante (2008), a área da avaliação de políticas também é algo que está em seu início. Segundo a autora, ainda que a necessidade de avaliação no setor público seja indiscutível, dada a sua importância, esta ainda é muito incipiente, principalmente quando a avaliação é voltada a verificação do desempenho e resultado de uma instituição pública ou programa governamental em que a política pública se materializa.

2.5.1 A avaliação de políticas públicas programas e projetos de intervenção social

As pessoas ao se depararem com algum problema recolhem informações a fim de tomar uma decisão que permita tratar um problema da melhor maneira possível. Da mesma forma, ao realizar uma ação considerada oportuna em seu momento, elas costumam refletir sobre o acerto ou erro advindo da ação empreendida. Trata-se aqui da avaliação de uma ação onde se obtém informações necessárias para o ajuste do comportamento futuro (COHEN; FRANCO, 2011).

A avaliação, segundo Ferreira (1999 apud TREVISAN; BELLEN, 2008), consiste na determinação da valia de algo, na atribuição de um valor. Neste sentido, na prática a avaliação consiste em algo bastante frequente na vida de muitas pessoas, pois, constantemente elas tomam decisões com base em avaliações espontâneas e informais, já que em um sentido

amplo a atividade de avaliar consiste em um juízo de valor sobre algo ou alguma coisa, tendo como base certos critérios de valor. No entanto, uma avaliação informal não é suficiente quando se pretende um maior grau de objetividade, precisão e fundamentos da avaliação quanto ao julgamento a ser realizado. Para tanto, se recorre à avaliação em seu sentido estrito que é a avaliação sistêmica. Sendo que a avaliação sistêmica difere da avaliação informal não por seu propósito, mas pelos métodos utilizados, visto que a avaliação sistêmica é uma pesquisa avaliativa baseada na utilização de métodos científicos (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994 *apud* CAMPELO; FALK; CARVALHO, 2006).

A avaliação de políticas públicas pode ser entendida como “uma área de pesquisa que tem por objetivo medir a utilidade e benefício da intervenção pública através do emprego de um conjunto de técnicas utilizadas em diferentes campos das ciências sociais”. (DIAS; MATOS, 2012, p. 84).

Conforme a ONU (1984), *apud* Cohen e Franco (2011), pode-se entender a avaliação como um processo voltado a determinar de maneira sistemática e objetiva a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos.

De acordo com Carvalho (2001, p. 66), avaliar “é atribuir valor, medir o grau de eficiência, eficácia e efetividade de políticas, programas e projetos sociais”.

Ala-Harja e Helgason (2000) advertem que não existe um consenso entre os autores da área sobre a definição do que seja avaliação de políticas públicas, tendo em vista que o conceito pode admitir múltiplas definições e em alguns casos há até contradições, o que pode ser explicado pelo fato da área da política pública ser influenciada por uma gama de abordagens, disciplinas e executores, abrangendo diversas questões, necessidades e pessoas.

Boullosa e Araújo (2009) apresentam o seguinte resumo das principais definições de avaliação propostas por diferentes autores (Ver Quadro 3).

Quadro 3 - Definição de avaliação

Autor(es) / (obra)	Definição de avaliação
Scriven (1967)	“Julgamento do valor ou mérito de uma entidade”.
Rossi, Freeman e Lipsey (1999, p. 62 e 80).	“Essencialmente um esforço de colheita e interpretação de informações que procura responder a uma determinada serie de perguntas sobre o comportamento e sobre a eficiência de um programa”. “fundamentalmente um esforço para colher e interpretar informações sobre o andamento de programas, para responder a perguntas relevantes do tomador de decisão ou, pelo menos, de qualquer interesse para um ou mais atores sociais envolvidos”.
Patton (1998, p. 23)	“A avaliação é a coleta sistemática de informações sobre atividades, características e resultados para a formulação de juízos sobre programas, de modo a melhorar a sua eficácia ou direcionar decisões sobre a sua programação futura”.
Carol Weiss (1998, p. 4)	“Análise sistemática do processo e ou do resultado de um programa ou de uma política, comparando a um conjunto de valores (<i>standard</i>) implícito ou explícito, a fim de contribuir para o melhoramento do programa ou da política”.
Means Collection (União Europeia) (1999, v.1, p. 17)	“Consiste no juízo do seu valor em relação a critérios explícitos, e sobre bases de informação especificadamente coletadas e analisadas”.
Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004)	“Avaliação é a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor (ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a estes critérios”.
Bezzi (2007)	“Conjunto de atividades uteis para exprimir um juízo direcionado a um fim – juízo argumentado através de procedimentos de pesquisa avaliativa. Tal pesquisa constitui-se como o elemento essencial e imprescindível para dar confiança aos procedimentos e para garantir a fidelidade das informações utilizadas para exprimir aquele juízo”.

Fonte: Boullosa e Araujo (2009, p. 17).

Como visto no Quadro 3, diante da variedade de conceitos existentes sobre a avaliação e com base nas definições já apresentadas, entende-se que avaliar uma de política pública, programas ou projeto, consiste na determinação e atribuição de seu valor, em medir o benefício gerado da ação desenvolvida com base em critérios como eficiência, eficácia, efetividade ou impacto produzido na situação em que se tinha como objetivo proporcionar uma mudança, tornando possível então inferir sobre o seu sucesso ou fracasso.

Neste sentido, torna-se importante conhecer alguns conceitos como eficiência, eficácia, efetividade ou impacto. A efetividade ou impacto consiste na relação entre a implementação de um programa ou projeto e seu impacto ou resultado, ou seja, seu sucesso ou fracasso no que se refere a melhoras nas condições de vida da população atendida. A eficácia se refere à relação entre metas propostas e as metas alcançadas pelo programa ou

projeto. Já a eficiência consiste na avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma política (recursos, financeiros, materiais, pessoal dentre outros) e os resultados alcançados (ARRETCHE, 2009).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

De maneira simples uma pesquisa consiste na busca ou procura de soluções para um problema em que se pretende conhecer a resposta (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). Uma definição mais ampla é apresentada por Gil (2002) ao definir uma pesquisa como sendo um conjunto de procedimentos sistêmico e racional, que tem por objetivo apresentar respostas aos problemas que são colocados, mediante o emprego de métodos e técnicas dentre outros procedimentos científicos na busca da solução do problema apresentado.

Vergara (2005) destaca que existem vários tipos de pesquisa, podendo ser classificadas conforme as diversas taxonomias existentes. A classificação das pesquisas só se torna possível se levado em consideração algum critério. Conforme apresenta Gil (2002), as pesquisas geralmente podem ser classificadas com base em seus objetivos gerais e nos procedimentos técnicos utilizados.

3.1 Tipos de pesquisa

A presente pesquisa, segundo o seu objetivo, se classifica como uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. De acordo com Gil (2008), pesquisas exploratórias são realizadas objetivando alcançar uma visão aproximativa do problema, podendo ser realizada principalmente quando o tema em questão é pouco explorado. Como o presente estudo apresenta um levantamento geral sobre as políticas públicas, programas e projetos de intervenção social, sua formulação implementação e avaliação dos resultados, objetivando alcançar uma familiaridade com o tema pouco explorado no âmbito da gestão pública, pode-se considerá-la exploratória.

A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), busca principalmente fazer uma descrição das características de certa população, como por exemplo, seu nível de renda tendo como objetivo estudar tal característica. Então, esta pesquisa também se caracteriza como descritiva, pois teve como objeto de estudo o impacto gerado pelo projeto Granjinha na sua população alvo.

Ainda pôde-se classificá-la como explicativa, pois buscou identificar se a adesão ao projeto avaliado contribuiu para a ocorrência de melhoras no nível de renda das famílias atendidas pelo projeto. As pesquisas explicativas, de acordo com Gil (2008, p. 28), “são aquelas pesquisas que tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

A pesquisa quanto ao procedimento técnico classifica-se como uma pesquisa ex-post-facto e pesquisa de campo. A pesquisa ex-post-facto, de acordo com Vergara (2005), é aplicada nos casos em que o pesquisador não pode controlar ou manipular as variáveis, pelo fato de suas manifestações já terem acontecido, logo, diz respeito a fatos já ocorridos. No caso deste estudo o pesquisador não teve como ter controle sobre a variável independente do estudo por sua manifestação já ter ocorrido.

A pesquisa ainda é considerada de campo por ter sido desenvolvida pessoalmente pelo pesquisador nas comunidades rurais onde o projeto foi implantado e seu possível resultado manifestado. Para Gil (2002), a pesquisa de campo é aquela em que a maior parte é realizada pessoalmente pelo pesquisador, além de se desenvolver no local onde ocorreu o fenômeno e enfocar uma comunidade que não seja necessariamente geográfica.

3.2 A pesquisa quanto ao método lógico de investigação

Na pesquisa, como aponta Gil (2008), o conhecimento só passa ser científico quando se pode identificar as operações mentais e técnicas que tornam possível sua verificação, ou seja, o método empregado. Este é um conjunto de procedimentos intelectuais para se atingir o conhecimento e que garante ao pesquisar a explicação dos fatos e a validade das conclusões.

Nesta pesquisa se utilizou o método indutivo, pois se partiu de dados particulares observados (o efeito ocasionado na renda das famílias) e sua relação com a sua participação no projeto (aproximação dos fatos aos fenômenos), para se inferir uma verdade geral ou universal (capacidade do projeto em contribuir para a melhoria econômica de seu público alvo) (MARCONI; LAKATOS, 2010).

3.3 A pesquisa quanto ao método técnico de investigação

O método técnico de investigação se refere aos meios técnicos que garantem a objetividade e precisão do estudo. Tem por objetivo fornecer a orientação necessária para a realização da pesquisa social no que se refere à obtenção, processamento e validação dos dados relativos à problemática investigada.

Nesta pesquisa optou-se por utilizar-se da pesquisa pré-experimental. Segundo Gil (2008), neste tipo de pesquisa um único grupo é estudado somente uma vez, sem qualquer controle anterior ao experimento. Neste caso a pesquisa pré-experimental se adéqua a este

estudo por se tratar de uma pesquisa também caracterizada como ex-post-facto, uma vez que o pesquisador não exerceu influencia sobre a variável independente.

Para a determinação do impacto do projeto nas famílias atendidas utilizou-se do modelo não experimental ou pre-experimental “*Somente Depois*”. Abaixo na Figura 2 se encontra um esquema gráfico desse modelo.

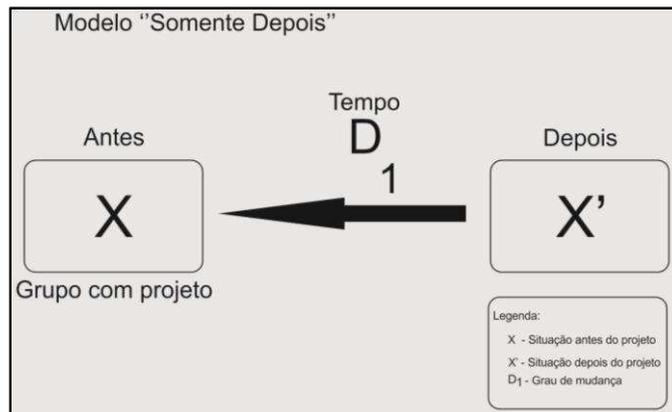


Figura 2 - Modelo somente depois
Fonte: Cohen e Franco (2011, p. 135).

Segundo Cohen e Franco (2011), nesse modelo considera-se somente um grupo que é a população objetivo do projeto, onde a medição só poder ser realizada depois do tratamento, não sendo então comparada com um grupo de controle ou realizada manipulação da variável independente do estudo.

Depois de efetuada a medição, com base nas informações disponíveis, reconstrói-se a situação que se tinha antes do projeto iniciar, de modo que a comparação entre os dados obtidos com a medição e os dados obtidos com a reconstrução da situação inicial permite emitir um parecer sobre o impacto obtido com o projeto. Ou seja, o grau de mudança D_1 com o passar do tempo na sua população alvo (COHEN; FRANCO, 2011).

Entende-se por impacto ou resultados, conforme Arretche (2009), a capacidade de mudança promovida pelo programa. Ou seja, o sucesso ou fracasso obtido no que diz respeito ao quanto o programa pôde promover melhorias nas condições de vida do seu público alvo, se houve efeitos positivo ou não no ambiente em que o programa interveio.

3.4 Universo e amostra da pesquisa

Universo, segundo Vergara (2005), consiste no conjunto de elementos que detém as características que compõem o objeto de estudo. Já a amostra se refere a uma parte do universo que é escolhido segundo um critério de representatividade.

O universo de estudo desta pesquisa é composto pelos beneficiários do projeto Granjinha que foram atendidos no terceiro ano de execução do projeto, distribuídos nas seguintes comunidades: Alagadiço; Coatiba; Cachoeira; Jacu; Maria dos Santos; São João I e Umari, totalizando 104 famílias atendidas, todas pertencentes à zona rural de Pombal-PB.

A determinação da amostra da pesquisa se baseia na utilização do procedimento estatístico. Para definir o tamanho mínimo da amostra da pesquisa foi utilizado o cálculo amostral, usando a fórmula do tamanho mínimo da amostra para populações finitas conforme Barbetta (1999), apresentada a seguir:

$$n = \frac{N * n_0}{N + n_0}$$

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} = \frac{1}{(12\%)^2} = \frac{1}{0,01144} = 69,44$$

$$n = \frac{N * n_0}{N + n_0} = \frac{104 * 69,44}{104 + 69,44} = \frac{7221,76}{173,44} \cong 42$$

Onde:

N = Tamanho da população

E_0 = Erro amostral tolerável

n_0 = Primeira aproximação do tamanho da amostra

n = Tamanho da amostra

A amostragem da pesquisa se baseia na técnica da amostragem estratificada proporcional, uma vez que a população ou universo do estudo é composto pelos beneficiários atendidos pelo projeto e estão distribuídos em diferentes comunidades da zona rural. Também, segundo Gil (2008, p. 92), “a amostragem estratificada caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada”.

Conforme Barbetta (1999), nessa técnica o tamanho da amostra é proporcional à extensão do estrato com relação ao universo, e tem sua principal vantagem no fato de garantir a representatividade da propriedade adotada como critério de estratificação no que se refere à característica estudada e a sua relação com o universo. A amostra retirada de cada estrato foi determinada pela seguinte fórmula:

$$\% \textit{ amostra} = \frac{n}{N} * 100$$

$$\% \textit{ amostra} = \frac{42}{104} * 100 = 40\%$$

A Tabela 1 a baixo apresenta em detalhes como ficou determinada a distribuição da amostra por estrato.

Tabela 1 - Composição da amostra por estrato ou subgrupo

COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR ESTRATO OU SUBGRUPO				
Estrato (comunidade)	População	Cálculo proporcional	Valor	Amostra
Alagadiço	14	14x40%	5,6	6
Cachoeira	12	12x40%	4,8	5
Coatiba	20	20x40%	8	8
Jacu	10	10x40%	4	4
M^a dos Santos	16	16x40%	6,4	7
São João I	12	12x40%	4,8	5
Umari	20	20x40%	8	8
Total	104		≅ 42	43

Logo, conforme demonstrado na tabela acima, a extensão da amostra pesquisada dos vários estrato ou subgrupos, corresponde em proporcionalidade ao número de elementos contido no estrato e em relação ao universo assegurando a representatividade deste (GIL, 2008).

Os elementos pesquisados de cada estrato foram escolhidos através de técnicas de amostragem aleatória, com o emprego de software computacional até se alcançar o número de pessoas pesquisadas por estrato conforme Tabela 1.

3.5 Coleta de dados

O meio utilizado para a coleta dos dados referentes a esta pesquisa foi o formulário estruturado e com questões fechadas, no qual de acordo com Vergara (2005), o pesquisador assinala as respostas do respondente que faz suas escolhas ou pondera sobre as alternativas que são apresentadas a ele.

O formulário aplicado contém dezoito questões fechadas e de múltipla escolha, em que se buscou identificar a percepção e a opinião do pesquisado sobre o projeto, bem como suas condições de vida antes e depois do mesmo. Procurou-se também identificar através das questões a possível melhora ou não atribuível ao projeto. Para este propósito, o formulário foi dividido em quatro partes, a saber:

Parte 1 – Antes da implantação do projeto. Nesta parte buscou-se identificar alguns aspectos das condições de vida das pessoas que compõem a amostra pesquisada antes da sua participação no projeto de intervenção e outras informações necessárias a uma melhor identificação dessas famílias.

Na Parte 2 – Depois da implantação do projeto. Buscou-se obter informações relevantes da amostra pesquisada sobre a possível melhora de alguns aspectos de suas condições de vida obtida através do projeto de intervenção, ou seja, a possível melhora ou não atribuível ao projeto.

Na Parte 3 – Opinião do beneficiário sobre o projeto. O objetivo foi captar o que os beneficiários pensam sobre o projeto como pontos a melhorar, assim como identificar os sentimentos da amostra pesquisada com relação ao projeto em termos de contribuição para sua melhoria de vida.

3.6 Tratamento dos dados

Quanto aos dados coletados, receberam tratamento por meio de procedimentos de natureza quantitativa, através da estatística simples e da tabulação eletrônica por meio de software computacional. Os resultados obtidos foram apresentados na forma de gráficos e tabelas.

A estatística simples, a tabulação eletrônica, e a utilização de gráficos e tabelas são procedimentos justificáveis por se adequar bem ao propósito da pesquisa, uma vez que esta pesquisa é composta por dados facilmente quantificáveis, corroborando posteriormente com uma melhor interpretação dos dados e alcance dos objetivos da pesquisa (VERGARA, 2005).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo encontra-se exposta a caracterização do projeto de intervenção social Granjinha que foi objeto de análise deste estudo, como também os resultados alcançados com a pesquisa e a discussão dos mesmos embasados na fundamentação teórica apresentada no segundo capítulo deste trabalho. A pesquisa de campo foi realizada com as pessoas que aderiram ao projeto supracitado, desenvolvido na tentativa de se tornar mais uma alternativa de renda às famílias carentes atendidas, estando elas distribuídas nas seguintes comunidades rurais: Alagadiço; Coatiba; Cachoeira; Jacu; Maria dos Santos; São João I e Umari, todas pertencentes ao município de Pombal - PB.

4.1 Caraterização do Projeto Granjinha

O projeto de intervenção social Granjinha, atualmente desenvolvido no município de Pombal-PB, surgiu diante de um contexto de busca por alternativas de geração de emprego e renda para famílias carentes da zona rural do município. O projeto Granjinha buscou encontrar na avicultura um caminho alternativo e complementar para os problemas de ordem financeira que passam essas famílias. Mesmo não sendo uma solução definitiva, consiste numa alternativa para procurar minimizar tais problemas.

O projeto é uma iniciativa municipal que foi implantada desde 2009 pela Prefeitura Municipal de Pombal, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAS) e da Secretaria Municipal da Agricultura, tendo como parceiros a EMATER-PB e a UFCG Campus- Pombal. Trata-se de um projeto desenvolvido dentro das políticas públicas sociais do município.

Os recursos empregados no projeto são repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ao município com base no Índice de Gestão Descentraliza (IGD) e se destinam a gestão do programa Bolsa Família por parte do município, podendo ainda estes recursos ser empregados em programas complementares ao Bolsa Família, como é o caso do projeto Granjinha.

O projeto Granjinha objetiva buscar alternativas de renda para as famílias das comunidades rurais do município, resgatando a cidadania e a dignidade, sendo, portanto uma ação municipal complementar ao Bolsa Família.

O público alvo do projeto Granjinha é composto por famílias carentes e em situações de risco e vulnerabilidade social que estão inscritas no Cadastro Único, sendo beneficiárias do programa Bolsa Família e pertencentes às comunidades rurais do município de Pombal-PB.

A execução do projeto é de responsabilidade da Prefeitura Municipal juntamente com a SEMTRAS. Inicialmente são feitas visitas nas comunidades rurais a fim de se identificar famílias que estejam de acordo com o seu público.

As famílias contempladas participam de uma capacitação promovida pela prefeitura através de seus técnicos sobre o sistema de manejo e alimentação das aves. Posteriormente, a essas famílias são doados 30 pintinhos cada (aves caipiras), ração inicial de crescimento e postura, bem como comedouros jovem e adulto e bebedouro jovem e adulto.

Em contrapartida, as famílias entram apenas com a estrutura física básica (cercado de madeira ou tela com área coberta, capim ou feno). Durante todo o tempo em que a família recebe o atendimento por parte do pessoal responsável, que pode abranger um período de três a cinco meses, elas são orientadas a dar continuidade ao processo de criação, uma vez que toda a produção (aves e ovos) pode ser absorvida pelo comércio local através da venda, em que parte do lucro deve ser reinvestido no processo e a atividade passe a se tornar uma fonte de renda para essas famílias carentes.

Desde 2009, primeiro ano em que o projeto foi implantado, já foram realizadas três execuções. A cada execução novas famílias pertencentes a novas comunidades são atendidas de maneira que no ano de 2014, em sua terceira execução, foram atendidas sete comunidades da zona rural, a saber: Alagadiço; Cachoeira; Coatiba; Jacu; Maria dos Santos; São João I e Umari, perfazendo um total de 104 famílias beneficiadas.

Em sua terceira execução no ano de 2014, a prefeitura municipal fez um investimento da ordem de R\$ 38.458,00 para aquisição de insumos destinados ao projeto (não estando incluso neste valor despesas relacionadas à pessoal e transporte) no intento de que o mesmo venha trazer melhora às condições de vida do homem do campo e também possa contribuir para sua permanência na zona rural.

4.2 Discussão dos resultados

A pesquisa de campo realizada com os beneficiários do projeto, constitui a principal fonte de informação sobre os reais resultados alcançados e ponto de partida para a discussão acerca de sua efetividade. Através da pesquisa, objetivou-se colher informações a respeito do perfil da população objetivo do projeto, suas condições de vida antes da sua inclusão no

projeto, assim como depois de ter sido atendida pela intervenção, a fim de identificar mudanças na renda decorrentes das ações do projeto de intervenção Granjinha.

O Gráfico 1 apresenta um estrato da amostra pesquisada quando indagada sobre a sua principal fonte de renda atualmente. O questionamento ajuda a identificar se os beneficiários atendidos estão de acordo com o perfil do público do projeto, que é composto por famílias carentes e em situações de risco e vulnerabilidade social e que estão inscritas no Cadastro Único.

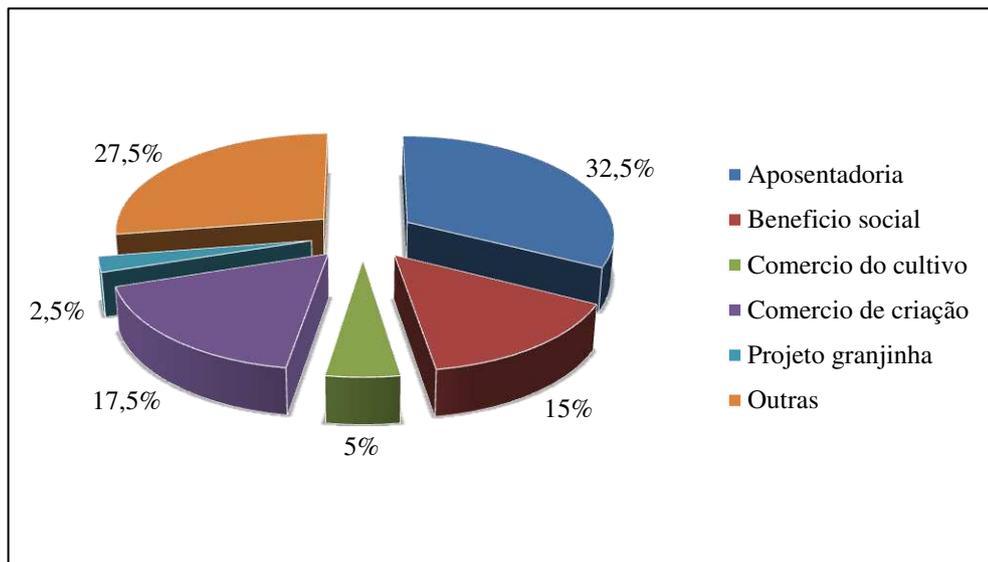


Gráfico 1 - Principal fonte de renda atualmente das famílias
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quando indagados sobre sua principal fonte de renda 32,5% dos pesquisados responderam que vivem principalmente de sua aposentadoria. Dependem de outras atividades desenvolvidas, estando essas atividades ligadas ou não a zona rural, 27,5% dos pesquisados; já 17,5% dos pesquisados tem sua principal fonte de renda advinda das atividades relacionadas à criação e comércio de animais. A parcela da amostra pesquisada que sobrevive dependendo principalmente de benefícios sociais chega a 15% do total. O comércio do cultivo foi apontado por 5% dos pesquisados como principal fonte de renda. O projeto de intervenção Granjinha foi mencionado por 2,5% da amostra como fonte principal de renda da família.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 1, observa-se que existe uma parcela significativa de 32,5% de beneficiários aposentados, no entanto é válido observar que boa parte destes no momento em que participaram do projeto ainda não eram aposentados e mesmo o fato de já estarem aposentados hoje não elimina a possibilidade de se tratar de famílias carentes e em situação de vulnerabilidade social.

Quanto ao tamanho das famílias, o Gráfico 2, demonstra a quantidade de pessoas que as compõe e que foram atendidas pelo projeto.

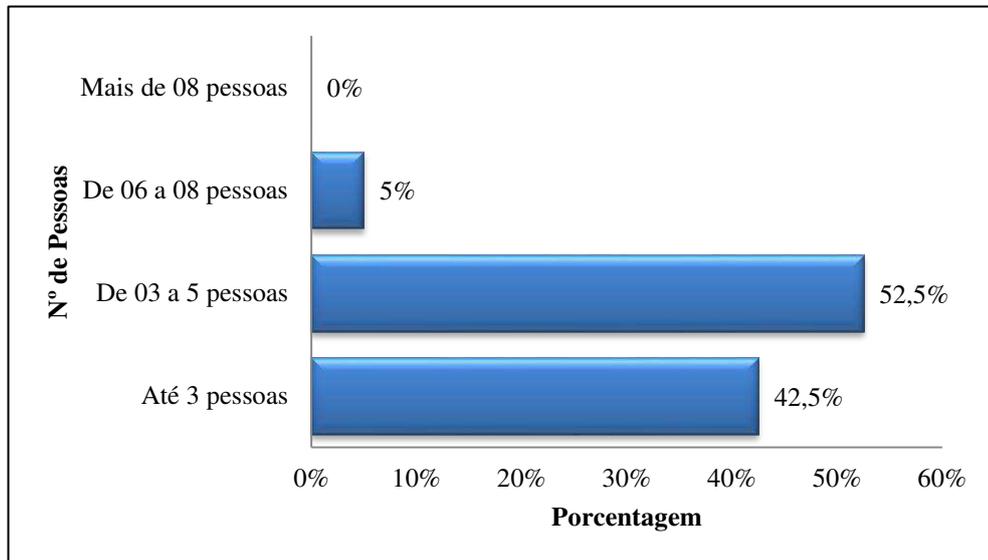


Gráfico 2 - Tamanho da família

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No Gráfico 2, observa-se que 52,5% das famílias atendidas pelo projeto possuem de 3 a 5 pessoas no grupo familiar, e 42,5% possuem apenas até 3 membros na família, ao passo que em apenas 5% tem de 6 a 8 pessoas na família.

A pesquisa também procurou identificar o número de pessoas da família que se ocupavam nas atividades relativas ao projeto de intervenção, conforme demonstrado no Gráfico 3 a seguir.

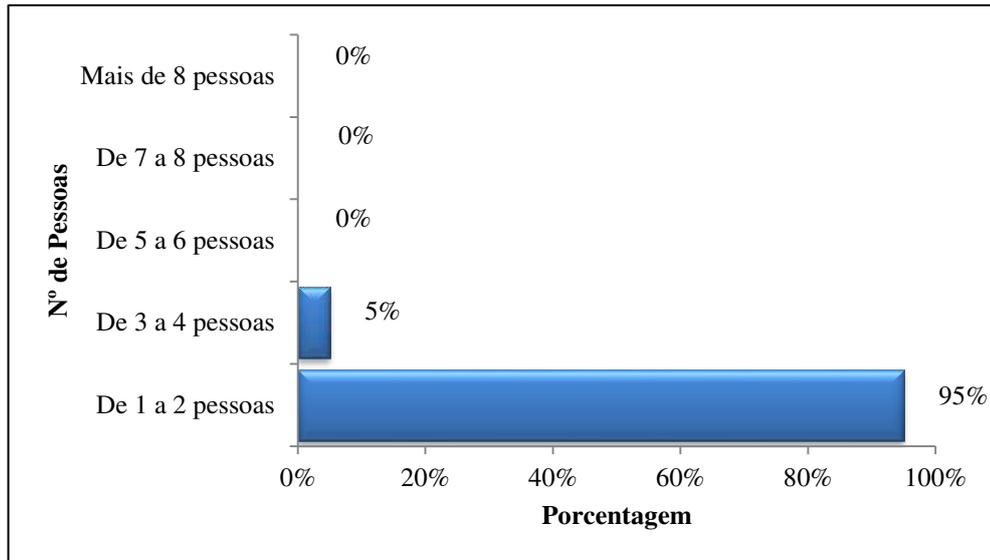


Gráfico 3 - Pessoas ocupadas no projeto
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme apresentado no Gráfico 3, o número de pessoas por família que se ocupam com as atividades do projeto é significativamente pequeno se comparado com os tamanhos do grupo familiar apresentados no Gráfico 2. Em 95% da amostra pesquisada apenas de 1 a 2 pessoas do grupo familiar mantem-se ocupada com as atividades do projeto, contra 5% em que se ocupam de 3 a 4 pessoas.

Mediante essa comparação entre os dois gráficos, pode-se entender que as atividades desenvolvidas com o projeto não requerem dos beneficiários uma maior força de trabalho ou dedicação exclusiva, sendo, portanto, tarefas simples e isso constitui um aspecto positivo do projeto de intervenção, uma vez que possibilita os beneficiários manterem atividades simultaneamente. Outrossim, esta tem sido a proposta do projeto, constituir uma oportunidade a mais de melhora aos problemas de ordem financeira que afligem o seu público alvo.

Foi levantado também um questionamento acerca de como os beneficiários tomaram conhecimento sobre o projeto, a fim de identificar se a forma como souberam do mesmo está de acordo com a estratégia adotada pela equipe executora. O Gráfico 4 apresenta esse resultado.

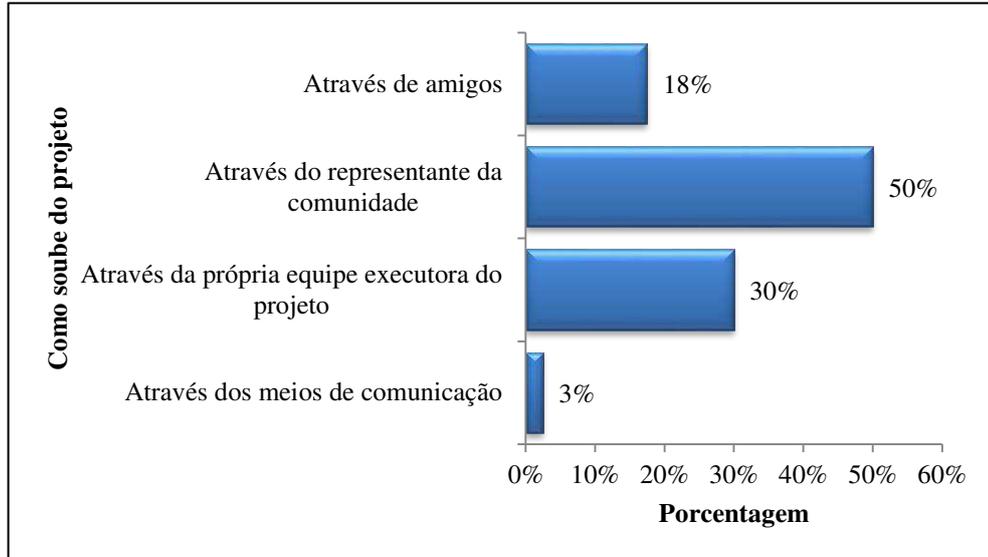


Gráfico 4 - Forma que os beneficiados souberam do projeto

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No Gráfico 4, conforme destacado, 50% dos pesquisados souberam do projeto Granjinha através do representante das respectivas comunidades atendidas. Outros 30% souberam através da própria equipe que executa o projeto. Também souberam através de amigos 18% dos pesquisados e apenas 3% da amostra soube através de meios de comunicação.

A estratégia de implantação da equipe do projeto é fazer visitas às comunidades para a apresentação inicial do projeto e sempre em parceria com os representantes das respectivas comunidades para garantir que as pessoas atendidas estejam dentro do perfil requerido. Logo como identificado no Gráfico 4, a forma como o público alvo tomou conhecimento do projeto está de acordo com a estratégia utilizada pela equipe do mesmo, visto que a quantidade que soube do projeto através do representante da comunidade e da própria equipe do projeto totalizam 80% da amostra. Os demais, ao tomar conhecimento da proposta do projeto, procuraram o responsável local para saber a possibilidade de ser atendido também.

A fim de compreender o nível de entendimento do público alvo com relação aos objetivos do projeto, bem como o empenho e compromisso dos beneficiários para com a proposta e as atividades do mesmo, foi feito um questionamento sobre quais motivos explicavam sua participação no projeto Granjinha, cujos resultados são demonstrados no Gráfico 5 a seguir.

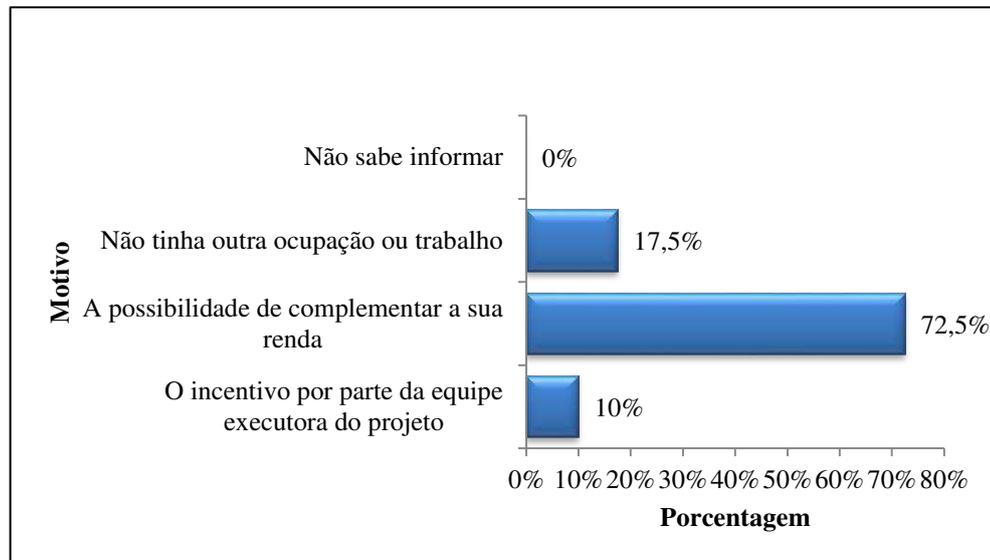


Gráfico 5 - Motivo da participação no projeto

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ao tomarem conhecimento sobre o projeto, 72,5% da amostra pesquisada afirmou que o principal motivo da sua participação foi a possibilidade de complementar a sua renda e 17,5% foi por não ter outra ocupação ou trabalho. Apenas 10% participaram simplesmente pelo incentivo por parte da equipe executora do projeto. Percebe-se que parte dos beneficiários entendem os objetivos do projeto e tem ciência do seu papel no mesmo, e que será necessária uma contrapartida, quer seja material ou laboral, pois a maioria visualizou a possibilidade de melhorar suas condições econômicas e para tanto cumprindo suas tarefas.

Com o objetivo de conhecer a situação econômica das famílias antes destas serem atendidos pelo projeto, os pesquisados foram interrogados sobre qual era o valor mensal aproximado da sua renda. O Gráfico 6 apresenta os dados colhidos com o questionamento em destaque.

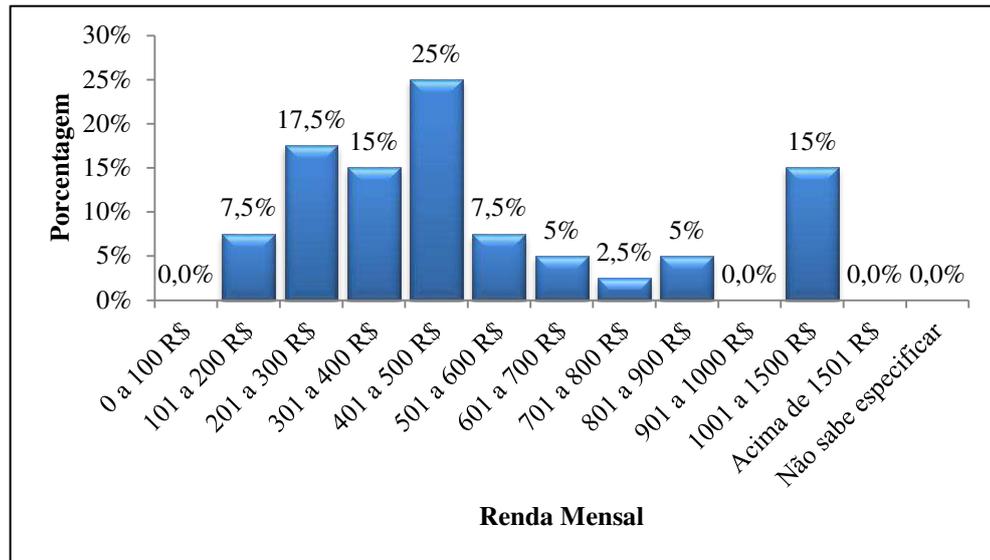


Gráfico 6 - Nível de renda mensal das famílias antes da intervenção

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No Gráfico 6 pode ser observado o panorama geral da distribuição da renda mensal das famílias antes de serem atendidas pelo projeto. Em destaque se observa que 65% dos pesquisados não chegavam a ultrapassar o valor de R\$ 500 por mês antes da intervenção, já uma parcela de 15% obtinha rendimentos entre R\$1001 a R\$ 1500 por mês.

Se observado no Gráfico 2 o número de pessoas que compõem cada família, em que 42,5% das famílias são compostas de no mínimo até três membros e 52,5% de três a cinco membros e comparando com a distribuição da renda apresentada no Gráfico 6, torna-se evidente que parte dos beneficiários sobrevivem em duras condições econômicas, uma vez que apresentam uma renda *per capita* significativamente baixa.

A observação feita acima no Gráfico 6 sobre as condições econômicas da população alvo do projeto, pode ser apoiada pelo Gráfico 7 após o questionamento feito sobre como os pesquisados classificam a sua situação econômica antes da sua participação no projeto.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 7 a seguir, não foram mencionadas por nem um dos pesquisados condições econômicas como ótima ou excelente. Apontaram sua situação econômica como regular 50% da amostra pesquisada. Dos demais pesquisados 25% consideraram sua situação econômica como boa e outros 25% da amostra entrevistada tem sua condição econômica como péssima.

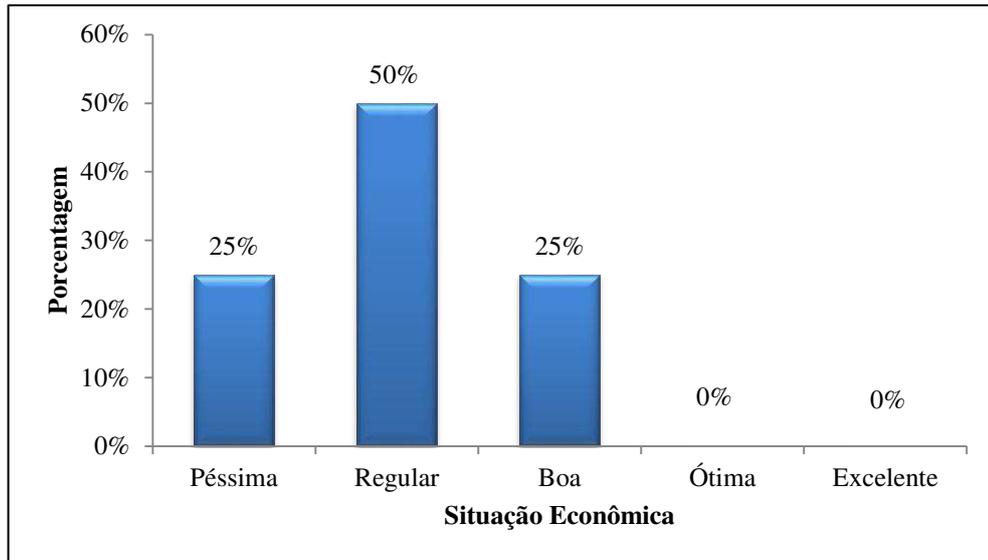


Gráfico 7 - Classificação da situação econômica antes do projeto

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como visto o comparativo entre os gráficos resulta em consonância sobre os aspectos financeiros da população objetivo do projeto, uma vez que 65% dos pesquisados não chegavam a ultrapassar o valor de R\$ 500 por mês antes da intervenção e apenas 25% deles consideraram sua situação econômica como boa.

As questões levantadas e discutidas até o presente momento são resultantes de um esforço feito no sentido de constituir um retrato da situação que se tinha da população alvo do projeto antes da intervenção, estando baseado em toda a informação que foi levantada e explorada pela pesquisa de campo, com a finalidade de conseguir estabelecer uma relação entre o que se tinha antes da intervenção e a situação atual resultante da mesma (posteriormente discutida), onde a partir desta relação é possível alcançar conclusões sobre o grau de mudança ocorrido na população assistida pelo projeto (COHEN; FRANCO, 2011).

Conforme apresentado no item 4.1, o projeto de intervenção social Granjinha de que trata este estudo caracteriza-se como uma iniciativa municipal que objetiva proporcionar melhores condições econômicas a sua população alvo, para tanto, explorando uma atividade comercial (avicultura alternativa) que se inicia com o incentivo por parte do município através de capacitação, doação das aves, doação dos insumos e assistência durante certo período de tempo, cabendo aos beneficiários sua contrapartida e a continuação da atividade para que essa venha se tornar uma fonte de renda.

Mediante o mencionado, a pesquisa buscou identificar junto aos que participaram do projeto se eles vêm dando continuidade às ações do mesmo. O resultado identificado encontra-se exposto no Gráfico 8.

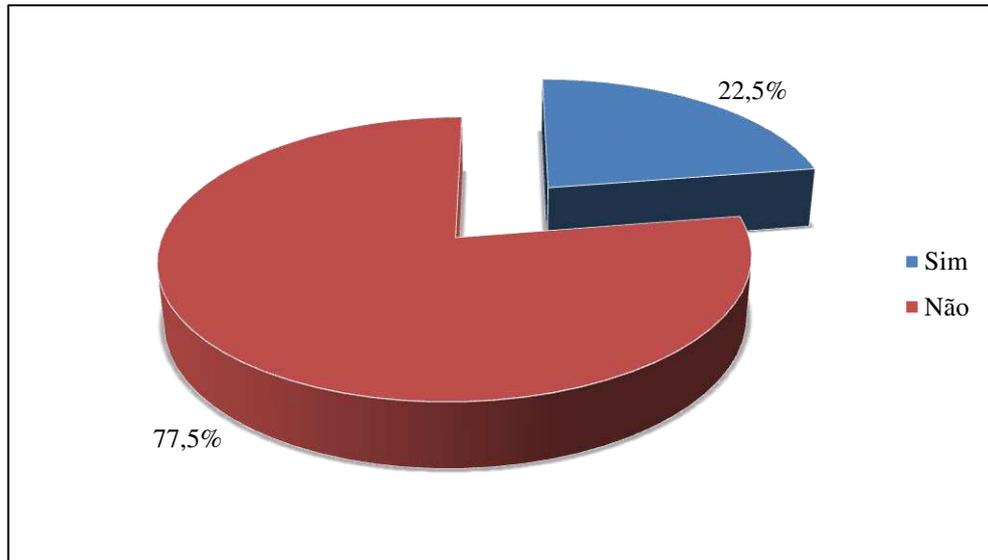


Gráfico 8 - Continuidade ao projeto após o atendimento inicial
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Pôde-se observar no gráfico que uma maioria significativa de 77,5% da amostra pesquisada do projeto após ser atendida não deu continuidade a proposta do mesmo. Apenas uma parcela de 22,5% afirmou que vêm dando continuidade as ações compreendidas pelo projeto Granjinha. Este dado é um tanto preocupante no que se refere à capacidade do projeto em alcançar o seu objetivo procurado, ou seja, o alcance da transformação desejada na realidade em que interveio e por consequência pondo em questionamento a sua efetividade ou impacto, que é a relação entre a implementação de um programa/projeto e seu resultado, seu sucesso ou fracasso no que se refere a melhoras nas condições de vida da população atendida. (ARRETCHE, 2009).

Armani (2000), citado por Stephanou (2003), aponta que um projeto consiste numa ação social que é planejada, estruturada, e por sua vez dotada de objetivos e resultados a alcançar a partir das atividades desenvolvidas, que, por conseguinte encontra-se limitada a recursos e tempo, portanto contém começo meio e fim, mas o seu resultado é de caráter continuado. No entanto, o descrito acima não é o que foi observado no Projeto Granjinha, uma vez que conforme o Gráfico 8 fica evidente que uma grande maioria dos atendidos abandonaram o projeto.

Com o intuito de levantar as causas que levaram as famílias atendidas a desistirem do projeto Granjinha, foi realizado um questionamento sobre quais os principais motivos que os levaram a não dar continuidade ao projeto. Este questionamento é muito importante porque a partir dele é possível identificar a existência de falhas no processo de formulação da

intervenção, permitindo assim, uma melhor análise do mesmo. O resultado encontrado apresenta-se exposto no Gráfico 9 abaixo.

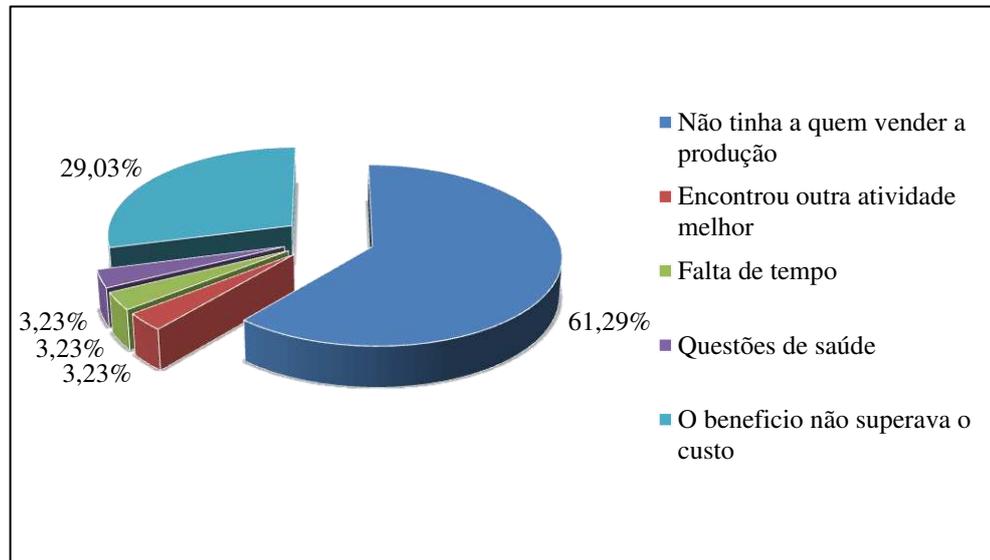


Gráfico 9 - Principais motivos da não continuidade ao projeto

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como visto, os principais motivos da não continuidade ao projeto por parte dos beneficiados foi a dificuldade de encontrar a quem vender a produção, motivo apontado por 61,29% da amostra pesquisada. O segundo principal motivo foi o fato dos benefícios gerados não superarem os custos, apontado por 29,03% dos pesquisados. Encontraram outra atividade melhor 3,23% do total, já a falta de tempo também foi apontada por 3,23% e outros 3,23% apontaram como causa da desistência questões de saúde.

Mediante o arcabouço teórico e os dados encontrados, é possível perceber que a falta de uma melhor estruturação do projeto por parte da equipe é o principal fator responsável pela não continuidade dos 77,5% dos entrevistados apresentado no Gráfico 8, ficando claro haver uma falha na estratégia adotada para o acesso ao mercado, se é que foi pensado em uma estratégia capaz de potencializar o acesso ao mercado por parte dos beneficiários do projeto.

Outro motivo que é capaz de explicar os 29,03% que apontaram a não superação entre benefícios versus custos como principal causa da desistência é o fato de após transcorrer o período de acompanhamento de três a cinco meses as famílias não receberem mais a contra partida do projeto, tendo que arcar sozinhas com as despesas da atividade. Além disso, esse problema é maximizado pela dificuldade enfrentada na comercialização da produção das aves.

Com o intuito de identificar a ocorrência de melhora da intervenção na pequena parcela de 22,5% que continuou no projeto anteriormente apresentada no Gráfico 8, todos

estes foram interrogados se o projeto Granjinha vem sendo capaz de melhorar a renda da família. O resultado pode visto no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 - Ocorrência de melhora advinda do projeto

VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE MELHORA NA RENDA		
Questão 10	Opinião do entrevistado	
O projeto granjinha vem sendo capaz de melhorar a renda da sua família?	Não	Sim
	0%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como pode ser verificado, apesar de apenas um pequeno número ter mantido as atividades do projeto, não se identificou nenhum caso em que não houve melhora na renda das famílias que aderiram ao projeto, conforme demonstrado nas respostas no quadro anterior.

Para identificar o grau de melhora econômica obtida com o projeto por aqueles que afirmaram dar continuidade a ação, a pesquisa tentou levantar em quanto o projeto contribui na renda do mês e o resultado é demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Contribuição do projeto na renda mensal

CONTRIBUIÇÃO NA RENDA MENSAL		
Questão 13	Participação do projeto na renda mensal da família.	Percentual de resposta obtida por alternativa
Em quanto o projeto Granjinha contribui na sua renda mensal hoje?	Todo o rendimento mensal	0%
	Mais da metade do rendimento mensal	0%
	Metade do rendimento mensal	11,11
	Menos da metade do rendimento mensal	88,89%
	Não soube especificar	0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como visto na Tabela 2, da amostra pesquisada há uma grande maioria de 88,89% que afirma obter um complemento em sua renda mensal equivalente a menos da metade do seu rendimento atual. Apenas 11,11% afirmou que o projeto Granjinha complementa sua renda com metade do seu rendimento atual.

Para demonstrar de maneira clara a melhoria na renda trazida pelo projeto Granjinha às famílias beneficiadas, encontra-se na Tabela 3 uma exposição do contra factual entre a situação econômica que se tinha antes e posterior ao projeto, com base nos dados levantados com a pesquisa.

Tabela 3 - Situação econômica antes e depois da intervenção

SITUAÇÃO ECONÔMICA ANTES DA INTERVENÇÃO												
FAIXAS DE RENDA												
0	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a
		11%	22%	11%	11%		11%			33%		
0 a	101	201 a	301 a	401 a	501 a	601 a	701 a	801		1001 a	Acima	Não
100	a	300	400	500	600	700	800	a	901 a	1500	de 1501	sabe
R\$	200	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	900	1000 R\$	R\$	R\$	especificar
R\$	R\$							R\$				
SITUAÇÃO ECONÔMICA APÓS A INTERVENÇÃO												
						11%	22%		22%	33%		

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na Tabela 3 acima, são demonstradas várias faixas de renda (colunas) e o percentual da amostra pesquisada que declararam ter rendimento mensal correspondente a cada faixa. Na situação anterior a intervenção, observa-se que até a 5^a faixa de renda já se contabiliza 55% da amostra pesquisada, seguido de 11% na 7^a faixa e 33% na 10^a faixa de renda. Na situação posterior à intervenção, encontram-se entre a 1^a e a 5^a faixa de renda apenas 11% da amostra antes mencionada, e surgiram 11% da amostra pesquisada na 6^a faixa de renda que antes não havia. Observa-se também que houve um crescimento dos que compunham a 7^a faixa de renda, passando de 11% para 22% do total. Houve também o surgimento de 22% da amostra pesquisada na 9^a faixa de renda que antes não havia. Já a 10^a faixa de renda permaneceu com os 33% que já havia antes do projeto. Sabendo-se que todos dos 22,5% que continuaram no projeto, anteriormente demonstrado no Gráfico 8, afirmaram obter melhora econômica em sua renda, percebe-se que houve entre os momentos antes e depois um deslocamento da amostra entre as faixas de renda e portanto um crescimento.

Uma observação a se fazer é que na 10^a faixa de renda entre os momentos antes e depois, permaneceu um total de 33% da amostra que possuem rendimento médio de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00 induzindo a concluir erroneamente que não houve crescimento na renda, o que não é verdade, pois, como já mencionado, todos dos 22,5% que continuaram no projeto anteriormente demonstrado no Gráfico 8, afirmaram obter melhora econômica em sua renda, demonstrado e representado na Quadro 4. Isso pode ser explicado pela grande variação da renda mensal que consta na referida alternativa do formulário aplicado de modo que o crescimento entre os dois momentos não pôde ser evidenciado, embora tenha ocorrido uma vez que todos os que deram continuidade afirmaram ter alcançado alguma melhora na renda.

De acordo com o discutido até o momento, sabe-se que houve melhora econômica na renda dos que foram atendidos pelo projeto, porém, sabe-se também que esse aumento pode

ser proveniente de outros fatores. A tabela abaixo foi montada com a finalidade de minimizar esses vieses.

Tabela 4 - Impacto do projeto na renda mensal

IMAPCTO DO PROJETO NA RENDA							
A	B	C	D	E	F	G	H
Amostra	Renda antes do projeto R\$	R. Média R\$	Renda depois do projeto R\$	R. Média R\$	Variação relativa percentual da renda	% Médio de participação do projeto	Renda média proveniente do projeto R\$
Pesq 4	1001 a 1500	1251	1001 a 1500	1251	0,0%	25%	313
Pesq 5	1001 a 1500	1251	1001 a 1500	1251	0,0%	25%	313
Pesq 6	1001 a 1500	1251	1001 a 1500	1251	0,0%	25%	313
Pesq 9	201 a 300	251	401 a 500	451	79,8%	50%	225
Pesq 10	301 a 400	351	901 a 1000	951	171,2%	25%	238
Pesq 11	401 a 500	451	601 a 700	651	44,4%	25%	163
Pesq 23	701 a 800	751	901 a 1000	951	26,6%	25%	238
Pesq 42	301 a 400	351	701 a 800	751	114,1%	25%	188
Pesq 43	501 a 600	551	701 a 800	751	36,3%	25%	188

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como pode ser visto, na coluna C encontra-se o valor da renda das famílias em média antes da sua inclusão no projeto. Na coluna E está o valor da renda em média após ter sido atendido pela intervenção. Na coluna F pode ser visto o valor da variação relativa percentual da renda entre os momentos antes e depois do projeto, ou seja, em quanto aumentou a renda das famílias. A coluna G apresenta a média do percentual da renda atual (coluna E) que pode ser atribuída às ações do projeto. E por último, na coluna H encontra-se o valor da renda em média das famílias que pode ser atribuível ao projeto Granjinha.

Observa-se na Tabela 4 que o entrevistado nove obteve um aumento em sua renda de 79,8% passando a ganhar R\$ 451,00 por mês, e desse valor 50% advém da sua participação no projeto. Este foi o único caso em que o projeto teve maior impacto com contribuição para o crescimento da renda. Isto pode ser explicado pelo fato do mesmo já atuar no comércio de aves e a sua participação no projeto veio somar com capacitação técnica e ter acesso aos benefícios da intervenção.

Outra observação a ser feita é nos casos em que não foi possível evidenciar matematicamente a variação percentual da renda dos pesquisados quatro, cinco, e seis. Como já explicado anteriormente, isso se deve ao fato da grande variação da renda mensal que consta na referida alternativa do formulário aplicado (colunas B e D), de modo que o

crescimento entre os dois momentos não pôde ser evidenciado, embora tenha ocorrido uma vez que todos os que deram continuidade afirmaram ter alcançado alguma melhora na renda.

Nos demais pesquisados pôde ser verificada a variação relativa percentual da renda, ou seja, enquanto esta cresceu, conforme apresentado na coluna F. Para estes casos o projeto contribui em média com 25% do valor do rendimento atual das famílias, sabendo que, conforme a Tabela 2, a contribuição do projeto pode variar, porém não sendo igual ou superior a 50% do total do rendimento atual em 88,89% da amostra pesquisada.

O projeto Granjinha não só busca contribuir com a melhoria da situação financeira da sua população objetivo, como também procura promover condições para que o êxodo rural seja minimizado. Neste caso a pesquisa também procurou identificar entre os pesquisados suas intenções em migrar em busca de melhoras, os resultados foram identificados conforme dados da Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 - Intenção em migrar à procura de melhoras

Questão:4\14 Pensou em se mudar em busca de melhoria de renda?	Sim	Não
Antes do projeto	33,33%	66,67%
Depois do projeto	11,11%	88,89%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A partir dos dados da Tabela 5, fica claro que houve uma redução no número daqueles que pensavam em se mudar em busca de melhoria de renda, entre os momentos antes e depois da participação no projeto. Assim como um aumento no número dos que não pensam em mudar-se entre os momentos antes e depois. Pode-se atribuir ‘em parte’ o que foi identificado na Tabela 5 ao Projeto Granjinha, uma vez que houve contribuição financeira do projeto às famílias conforme demonstrada na Tabela 2, de modo a contribuir com a permanência das famílias na zona rural. Porém, é importante ressaltar que outros fatores alheios ao projeto também influenciam no resultado apresentado na Tabela 5.

Esta pesquisa também procurou colher a percepção do beneficiário a respeito da contribuição do projeto para a sua renda. Para tanto foram questionados sobre como eles classificam a melhora na renda da família obtida a partir da inclusão no projeto Granjinha. Os resultados encontram-se no Gráfico 10 abaixo.

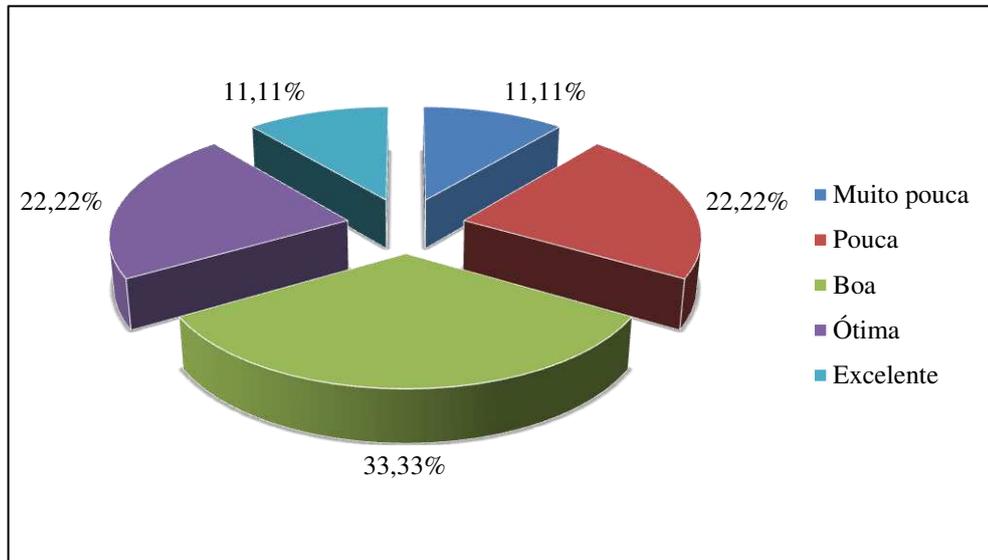


Gráfico 10 - Melhora na renda a partir do projeto

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No Gráfico 10 está apresentado um recorte sobre a opinião dos beneficiários com relação à melhora obtida com o projeto. Como se pode ver, 33,33% da amostra pesquisada que deu continuidade ao projeto considera que houve uma melhora e 22,22% acham esta melhora ótima. Já 11,11% consideram que a melhora foi pouca e outros 11,11% afirmam que a melhora foi muito pouca.

Como visto, uma parcela considerável classifica a melhora obtida como boa e excelente, apesar da participação do projeto na renda da família na maioria dos casos serem inferior a menos da metade do rendimento atual, como apresentado na Tabela 2 anteriormente. Essa percepção por parte dos beneficiários pode ser explicada pelo fato de que a princípio eles receberam todo um incentivo material gratuitamente do município.

Por último, devido à identificação de que um grande número de beneficiários desistiu da continuidade do projeto, a pesquisa tentou captar a percepção de toda a amostra pesquisada sobre o projeto granjinha como um todo. Para tanto foi realizado um questionamento que procurou avaliar na percepção dos entrevistados, a capacidade do projeto granjinha em promover melhoras nas condições de vida dos mesmos. O Gráfico 11 apresenta a opinião dos pesquisados sobre esse questionamento.

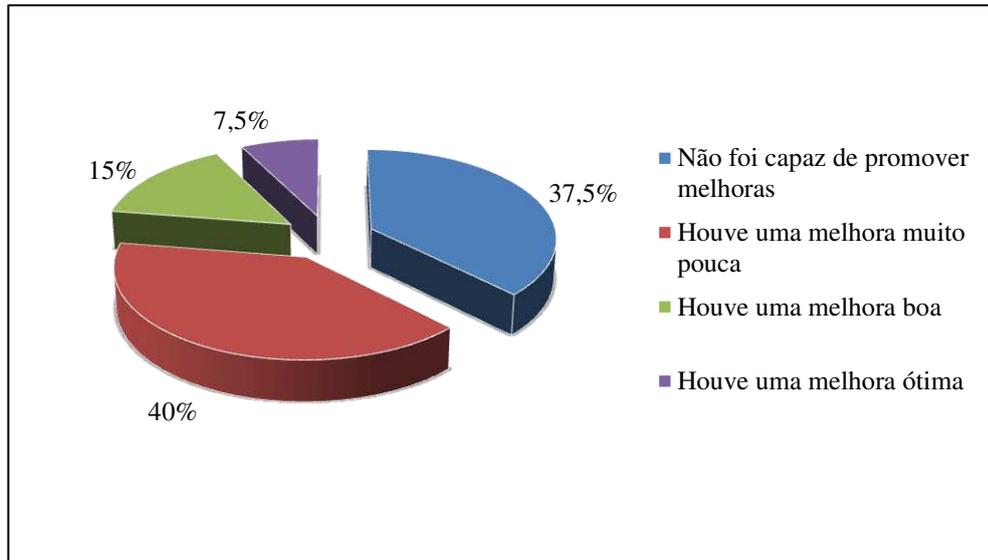


Gráfico 11 - Percepção da capacidade de melhora do projeto
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme apresenta o Gráfico 11 acima, 37,5% do público atendido considera que o projeto não foi capaz de promover melhoras e outros 40% afirmam que houve pouca melhora. Vale salientar que estes 40% só apontam uma melhora pelo fato de ter recebido gratuitamente uma quantidade significativa de aves e de ração para a engorda das mesmas até o ponto de consumo, e não por ter alcançado benefícios financeiros a partir do comércio das aves como se propunha promover o projeto. Apenas 15% considera que o projeto trouxe uma boa melhora e 7,5% que considera a melhora obtida como ótima, sendo que estes dois últimos correspondem aos 22,5% que continuaram no projeto.

Ao analisar o projeto numa visão geral e tendo em vista o seu efeito procurado, que de acordo com Cohen e Franco (2011), corresponde aquilo que inicialmente pensou-se em atingir com o projeto, em que no caso da Granjinha foi promover uma melhora na situação financeira das famílias atendidas, percebe-se que o projeto foi um tanto falho, uma vez que a grande maioria atendida considera que o projeto não trouxe melhoras ou a melhora foi muito pouca, se caracterizando como ineficiente com relação aquilo que se pensou em atingir com o projeto. Isto faz com que o projeto apresente uma baixa efetividade ou impacto, havendo pouca relação entre a implementação da intervenção e o alcance de melhoras nas condições de vida da população atendida, em outras palavras seu sucesso ou fracasso (ARRETCHE, 2009).

Outra questão levantada pela pesquisa aos beneficiários da intervenção foi se os mesmos consideram o projeto Granjinha como uma fonte alternativa de renda para o sustento da sua família. Em resposta o Gráfico 12 abaixo apresenta a opinião dos pesquisados sobre esta questão.

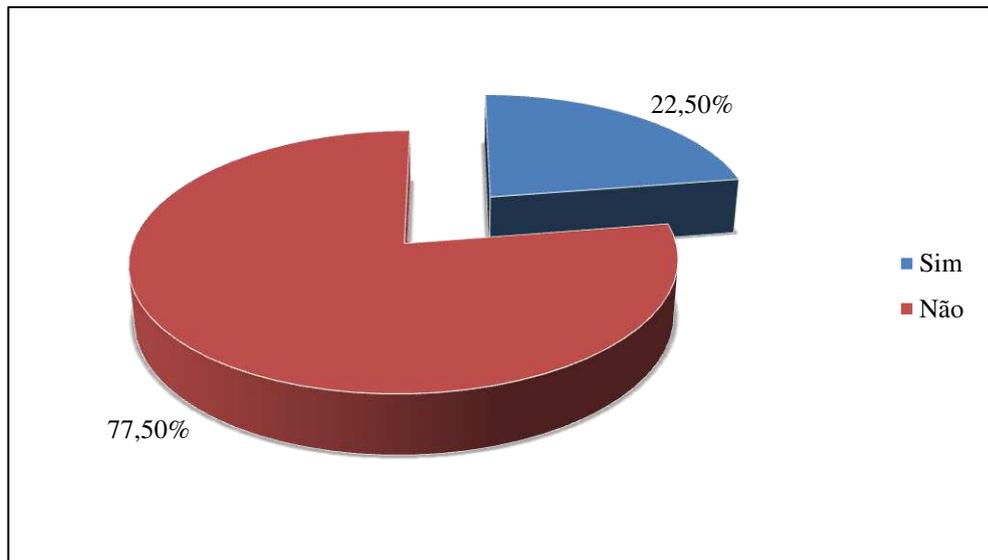


Gráfico 12 - Considera o projeto como fonte alternativa de renda
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Como pode ser visto 77,5% não tem o projeto como fonte de renda, apenas a mesma parcela de 22,5% da amostra pesquisada, que deu continuidade ao projeto, o considera como fonte de renda. Essa informação confirma os dados demonstrados no Gráfico 8, uma vez que o percentual que desistiu do projeto condiz com o percentual que não tem o projeto como fonte de renda. Porém, pôde-se perceber no momento da pesquisa, que os entrevistados apresentavam a seguinte ressalva antes da sua resposta “desde que as coisas fossem bem estruturadas” dando a entender que o projeto poderia ser uma fonte de renda, mas por algum motivo não foi. Neste caso, entende-se com a pesquisa que o projeto tinha certo potencial em trazer melhoria financeira às famílias atendidas, conforme explicitado na Tabela 4, no entanto, a pesquisa indica uma baixa efetividade da intervenção.

A fim de levantar as possíveis causas que levaram a baixa efetividade da intervenção, a pesquisa buscou levantar a opinião dos beneficiários sobre o que deveria melhorar no projeto, para tanto apresentando ao entrevistado algumas opções de resposta (questão de 16 do formulário) conforme o Gráfico 13 seguinte.

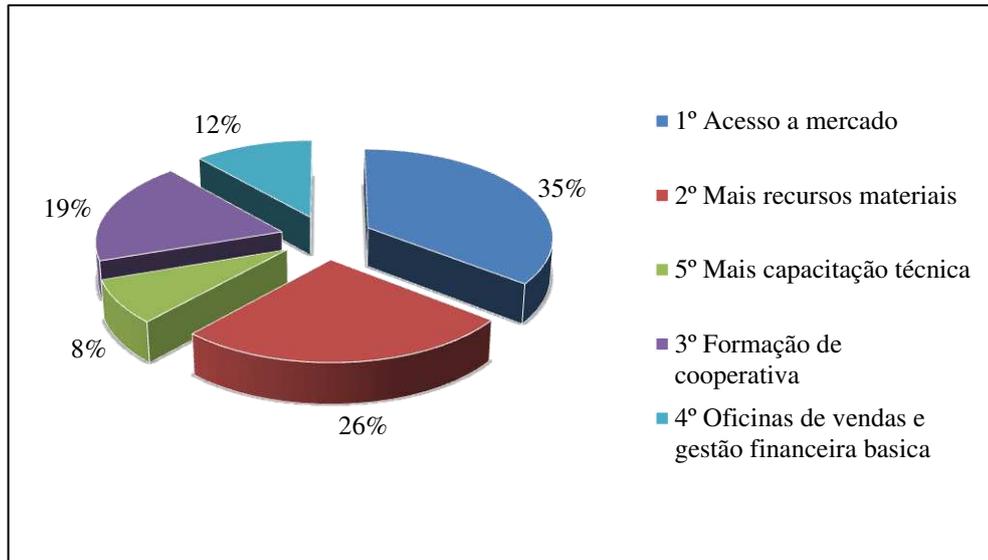


Gráfico 13 - Prioridade de melhora no projeto
 Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A opinião de 35% da amostra pesquisada sobre este tópico aponta que em primeiro lugar deveriam ser desenvolvidas ações de acesso a mercado de modo que houvesse demanda e favorecesse retorno financeiro. Uma parcela de 26% acha que em segundo lugar deveria ser disponibilizado mais recurso materiais em razão do custo ser alto para manter as aves e ainda assim potencializado pela baixa demanda. Outros 19% apontaram que em terceiro lugar poderia ser formada uma cooperativa na comunidade, tendo como benefício uma redução de custos. Em quarto lugar 12% afirmaram ser necessária a realização de oficinas sobre vendas e gestão financeira básica em virtude de dificuldades nessa área. Em quinto lugar apenas 5% apontam a necessidade de mais capacitação técnica deixando a desejar neste ponto.

Esta análise é importante porque ao verificar junto aos beneficiários o que deveria ser melhorado, foi possível confirmar o que foi discutido por meio do Gráfico 9, em que trata dos principais motivos que levaram a não continuidade ao projeto, onde foi identificado a falta de demanda para a produção e uma relação desfavorável entre custo versus benefício, esta ainda potencializada pela falta de demanda. Tal problema aponta para falhas no processo de formulação da ação, podendo o projeto Granjinha até ser considerado, segundo a classificação de Gustafsson (1983), como uma pseudopolítica, uma vez que aqueles que a formularam a tem interesse de vê-las funcionando, mas, não tem competências para estruturá-las corretamente para que venham gerar resultados efetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como tema abordado a política pública e intervenção social que na prática se desdobram em programas e projetos sociais. Para tanto foi realizado um estudo sobre o Projeto Granjinha no município de Pombal-PB, que se trata de uma intervenção pública municipal em que se objetivou conhecer os resultados gerados por essa intervenção.

Para fins deste estudo foi estabelecida uma avaliação das ações de melhoria pelo projeto no município de Pombal-PB. Estando estabelecidos os objetivos e definida a metodologia a ser utilizada, foi dado início a pesquisa em que dentre os resultados encontrados foi possível identificar as famílias atendidas e levantar suas principais fontes de renda. Pôde-se observar que em geral as famílias possuíam um pequeno número de pessoas e a forma como tomaram conhecimento do projeto estava de acordo com a estratégia adotada pela equipe do mesmo.

Através da pesquisa foi possível evidenciar a situação econômica das famílias antes de serem atendidas pelo projeto, em que boa parte delas possuía rendimentos mensais relativamente baixos e consideravam sua situação econômica antes como péssima e regular. Logo em sua adesão ao projeto enxergaram a possibilidade de melhorarem seus rendimentos.

Com relação ao projeto em si, verificou-se que o mesmo não demandava aos beneficiados dedicação exclusiva ou uma maior força de trabalho e isso pode ser visto como um aspecto positivo ao possibilitar aos beneficiados manterem outras atividades laborais. No entanto, a pesquisa apontou também um alto índice de abandono ao projeto em que as principais causas apontadas foram dificuldades para a comercialização e uma relação custos versus benefícios pouco vantajosa. Tal fato aponta para uma possível falha de estruturação do projeto, de modo que sua efetividade assim como o alcance do seu objetivo procurado ficou prejudicado.

Com relação aos que continuaram desenvolvendo as atividades do projeto, a partir da pesquisa foi possível conhecer a sua situação econômica atual e estabelecer uma relação com a sua situação anterior ao projeto, de modo que puderam ser observadas contribuições econômicas à sua renda inerente ao projeto granjinha.

Sobre o esforço empreendido para conhecer a opinião dos beneficiados sobre a capacidade de melhora promovida pela intervenção, ou seja, a efetividade como um todo do projeto em si, foi identificado que aqueles que continuam com a granjinha declaram uma percepção positiva com relação a melhoras obtidas e ate enxergam no projeto uma alternativa de renda, no entanto só estes, os demais possuíam opinião divergente.

Foi observado também que as prioridades de melhoras levantadas pelos beneficiados confirmam as questões que ocasionaram o índice de desistência do projeto, questões essas atribuídas à falha na estruturação do projeto. Dessa forma, com relação ao objetivo geral estabelecido se considera alcançado, assim como respondida a problemática levantada pela pesquisa, que buscava responder se o Projeto Granjinha tem contribuído com a melhora na geração de renda daqueles atendidos, dado que foram identificadas melhoras econômicas conforme discutido no item 4.2, apesar da ausência de um melhor planejamento e estruturação da ação ter prejudicado bastante esse resultado, reduzindo potencialmente a efetividade da intervenção. Assim se torna evidente que o projeto deve ser reestruturado para poder continuar e ter mais efetividade.

Nesse contexto, existem algumas ações simples que podem ser adotadas para aumentar as chances de se alcançar uma melhora efetividade do projeto de intervenção, por exemplo, o estabelecimento de parcerias com minimercados e frigoríficos locais interessados na revenda das aves recebendo-as já abatidas.

O custo da ração para a engorda das aves poderia ser reduzido se os beneficiados das comunidades vizinhas, também atendidas, fossem incentivados a unir-se para a compra, ganhando desta forma mais poder de barganha.

Inicialmente o projeto foi desenvolvido visando à criação e comércio de galinhas (aves caipiras), no entanto, na venda da mesma existem peculiaridades. Geralmente só se compra uma galinha inteira e o seu preço é diferenciado sendo mais alto o que dificulta um pouco a venda. Diante disto, em último caso, poderia ser explorada uma raça similar das aves, como por exemplo, o frango de granja que possui uma demanda de mercado bem estabelecida e preço relativamente baixo se comparado com a galinha. Assim, seria possível realizar a venda mais facilmente aos minimercados e frigoríficos sem maiores perdas para o produtor, bem como facilitaria a venda direta ao consumidor maximizando a margem de lucro do produtor.

Outro ponto que não deve ser negligenciado é que as pessoas atendidas em geral possuem baixa escolaridade e pouca ou nenhuma experiência na área comercial. Neste caso, a realização de capacitação nesta área contribuiria para um melhor resultado e retorno econômico.

Este estudo apresenta limitação referente ao tamanho da amostra pesquisada. É possível citar a dificuldade encontrada em localizar e entrevistar a quantidade de pessoas determinada por estrato ou subgrupo, apresentada na tabela 1. No estrato referente à comunidade de Coatiba deveriam ter sido entrevistadas oito pessoas, mas destas só foi possível localizar sete pessoas e da comunidade de Maria dos Santos, deveriam ter sido

entrevistadas sete pessoas, mas destas só foi possível localizar cinco pessoas. Vale salientar que apesar da limitação citada esta pesquisa foi capaz de levantar as informações necessárias à investigação realizada.

REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n.4, p. 5-59, out/dez. 2000.
- ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no Estudo Sobre Avaliação. IN: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.
- BARBETTA, Pedro. Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 1999.
- BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- BOULLOSA, Rosana; ARAÚJO, Edgilson Tavares. **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brante. **Avaliação de Projetos Sociais**. In: **Gestão de projetos sociais**, Cap. 5. p. 59-89. ÁVILA, Célia M. (Org.) 3ª ed. rev. – São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.
- CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria e Controle Interno da Administração Pública**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CERVI, Emerson Urizzi. et. al. **Formulação e Avaliação de Políticas Públicas**. Ponta Grossa: Escola do Governo do Paraná/UEPG, 2010.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. *Revista de Administração Pública*, v.37, n.5, p. 969-992, set./out. 2003.
- COTTA, Tereza Cristina. **Metodologia de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultado e de impacto**. *Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública*, Brasília, a. 49 n. 2, p. 103-123, abri./jun. 1998.
- CUNHA, Carla Giane Soares. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/40619998>. Acesso em 10 Jun. 2015.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENEZES, Aderson de. **Teoria Geral do Estado**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- Ministério do Desenvolvimento Social. **Desenvolvimento Social e Combate a Fome Apresentação**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: 21 Out. 2015.
- SEBRAE/MG. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Supervisão de Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- STEPHANOU, Luis; MULLER, Lúcia Helena; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Guia para Elaboração de Projetos Sociais**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2003.
- TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. **Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública, v 42, n.3, p. 529-550, mai./jun. 2008.
- TUDE, João Martins; FERRO, Daniel; SANTANA, Fábio Pablo de A. **Políticas Públicas**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6. Ed. São Paulo: Altas, 2005.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO NA PESQUISA

Parte 1 - Antes da implantação do projeto

01. Quantas pessoas compõem a sua família?

- () Até 3 pessoas
 () De 03 a 5 pessoas
 () De 06 a 08 pessoas
 () Mais de 08 pessoas

02. Quantas pessoas trabalham no projeto?

- () De 1 a 2 pessoas
 () De 3 a 4 pessoas
 () De 5 a 6 pessoas
 () De 7 a 8 pessoas
 () Mais de 8 pessoas

03. Como você classifica a sua situação econômica antes da sua participação no projeto?

- () Péssima
 () Regular
 () Boa
 () Ótima
 () Excelente

04. Antes do projeto você já pensou em se mudar em busca de melhoria de renda?

- () Sim () Não

05. Qual era o valor mensal aproximado da sua renda antes da inclusão no projeto?

0 a 100 R\$	101 a 200 R\$	201 a 300 R\$	301 a 400 R\$	401 a 500 R\$	501 a 600 R\$	601 ^a a 700 R\$	701 a 800 R\$	801 a 900 R\$	901 a 1000 R\$	Acima de 1000 R\$	Não sabe especificar

06. Qual o principal motivo da sua participação no projeto?

- O incentivo por parte da equipe executora do projeto
- A possibilidade de complementar a sua renda
- Não tinha outra ocupação ou trabalho
- Não sabe informar

07. Como você ficou sabendo do projeto?

- Através dos meios de comunicação
- Através da própria equipe executora do projeto
- Através do representante da comunidade
- Através de amigos

Parte 2 - Depois da implantação do projeto

08. Atualmente você vem dando continuidade as ações do projeto?

- Sim Não

(Se “sim” pular a questão 9) (Se “não” pular a questão 10 a 14)

09. Qual o principal motivo de você não dar continuidade ao projeto?

- Não tinha a quem vender a produção
- Encontrou outra atividade melhor
- Falta de tempo
- Questões de saúde
- O benefício não superava o custo

10. O projeto granjinha vem sendo capaz de melhorar a renda da sua família?

- Sim Não

(Se “não” pular a questão 11)

11. Como você classifica a melhora na renda da sua família obtida a partir da sua inclusão no projeto granjinha?

- Muito pouca
- Pouca
- Boa
- Ótima

() Excelente

12. Qual o valor aproximado da sua renda mensal atualmente?

0 a 100 R\$	101 a 200 R\$	201 a 300 R\$	301 a 400 R\$	401 a 500 R\$	501 a 600 R\$	601 ^a a 700 R\$	701 a 800 R\$	801 a 900 R\$	901 a 1000 R\$	Acima de 1000 R\$	Não sabe especificar

13. Em quanto o projeto granjinha contribui na sua renda mensal hoje?

- () Menos da metade do rendimento mensal
 () Metade do rendimento mensal
 () Mais da metade do rendimento mensal
 () Todo o rendimento mensal é proveniente do projeto
 () Não soube especificar

14. Após a implementação do projeto você já pensou em se mudar em busca de melhoria de renda?

- () Sim () Não

15. Qual a sua principal fonte de renda hoje?

- () Aposentadoria
 () Benefício social
 () Comércio do cultivo
 () Comércio de criação
 () Projeto granjinha
 () Outras

Parte 3 - Opinião do beneficiário sobre projeto

16. Em ordem de prioridade de 1 a 5, o que acha que deveria melhorar no projeto?

- () Deveriam ser desenvolvidas ações de acesso a mercado
 () Deveriam ser disponibilizados mais recursos materiais
 () Deveria ser realizada mais capacitação técnica

- Deveria ser criada uma cooperativa
- Deveriam ser realizadas oficinas sobre vendas e gestão financeira básica

17. Como você avalia a capacidade do projeto granjinha em promover melhoras nas suas condições de vida?

- Não foi capaz de promover melhoras
- Houve uma melhora muito pouca
- Houve uma melhora boa
- Houve uma melhora ótima

18. Você considera o projeto granjinha como uma fonte alternativa de renda para o sustento da sua família?

- Sim Não